

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO, EDUCAÇÃO  
E INCLUSÃO ESCOLAR – UAB/UnB**

**INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS  
ESPECIAIS EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE SANTA MARIA - DF**

**IRANI DE AMORIM LEITE**

Orientadora: RAQUEL GOMES PINTO

BRASÍLIA/2011

**IRANI DE AMORIM LEITE**

## **INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE SANTA MARIA - DF**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em  
Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão, da Faculdade  
UAB/UNB - Pólo de Santa Maria - DF. Orientadora: Professora:  
Raquel Gomes Pinto

BRASÍLIA/2011

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

IRANI DE AMORIM LEITE

### **INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE SANTA MARIA - DF**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UAB/UnB. Apresentação ocorrida em 30/04/2011.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

---

RAQUEL GOMES PINTO (Orientadora)

---

FRANCISCO JOSÉ RENGIFO HERRERA (Examinador)

-----

IRANI DE AMORIM LEITE

BRASÍLIA/2011

Ao meu Senhor Jesus Cristo, por estar presente em todos os momentos de minha existência; e

Às minhas filhas Jeanne Kelly e Emily Kelly, por compreender minhas ausências e me incentivar a continuar lutando para realizar este trabalho

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço em especial à professora Ana Maria Mendes Diniz pelo incentivo, apoio e contribuição relevante.

Às professoras que participaram de forma voluntária, contribuindo com informações de grande valia para a realização dessa pesquisa, sem a qual não poderíamos concluir esse trabalho.

Todos os colegas educadores, com os quais trocamos idéias e experiências.

Minha família e amigos, pelo carinho, incentivo e presença durante todo o tempo.

Aos tutores presenciais e à distância no nosso curso, por terem nos apoiado nesta jornada de aprendizagem.

À Raquel Gomes Pinto, orientadora da nossa monografia, por propiciar situações desafiadoras, estabelecendo uma parceria conosco, no intuito de atender às nossas ansiedades e expectativas de uma forma totalmente iluminada.

## **DEFICIÊNCIA**

***“Deficiente” é aquele que não consegue modificar sua vida, aceitando as imposições de outras pessoas ou da sociedade em que vive, sem ter consciência de que é dono do seu destino.***

***“Louco” é quem não procura ser feliz com o que possui.***

***“Cego” é aquele que não vê seu próximo morrer de frio, de fome, de miséria.***

***E só tem olhos para seus míseros problemas e pequenas dores.***

***“Surdo” é aquele que não tem tempo de ouvir um desabafo de um amigo ou o apelo de um irmão, pois está sempre apressado para o trabalho e quer garantir seus tostões no fim do mês.***

***“Mudo” é aquele que não consegue falar o que sente e se esconde por trás da máscara da hipocrisia.***

***“Paralítico” é quem não consegue andar na direção daqueles que precisam de sua ajuda.***

***“Diabético” é quem não consegue ser doce.***

***“Anão” é quem não sabe deixar o amor crescer.***

***E finalmente, a pior das deficiências é ser miserável, pois miseráveis são todos que não conseguem falar com Deus.***

***A amizade é um amor que nunca morre.***

**Mario Quintana**

## I - RESUMO

A inclusão dos Alunos com Necessidades Educacionais Especiais está legalizada em acordos internacionais, na Constituição Brasileira e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Porém há ainda grandes obstáculos a serem vencidos. Esse trabalho teve como objetivo compreender como se realiza o processo de inclusão de Alunos com Necessidades Especiais (ANEES) numa escola pública de Santa Maria – DF para se refletir sobre como esse processo pode ser ampliado/melhorado. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com professores, coordenadores e membros da direção que aceitaram participar voluntariamente da pesquisa. Em seus relatos fica evidente a necessidade de reformas arquitetônicas nos espaços físicos, aquisição de mobiliário e materiais adequados e investimentos públicos na formação profissional dos educadores. Em seus depoimentos explicitaram algumas estratégias utilizadas para superar as dificuldades. Ao final do trabalho ficou evidente que a escola precisa ser um espaço/tempo para o exercício da cidadania e de democratização nas relações interpessoais entre os sujeitos na instituição e na sociedade.

**Palavras-chave:** Inclusão; formação profissional; deficiências; dificuldades e estratégias.

## SUMÁRIO

<b>I RESUMO.....</b>	<b>07</b>
<b>II APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>1– FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>12</b>
1.1. Evolução histórica do atendimento ao Portador de Deficiência.....	12
1.2. Parâmetros Legais da Educação Especial .....	15
1.3. A Educação dos ANEEs.....	18
1.4. Necessidades Educacionais Especiais e Dificuldades de Aprendizagem.....	26
<b>2 – OBJETIVOS.....</b>	<b>34</b>
<b>3 – METODOLOGIA.....</b>	<b>35</b>
3.1. Fundamentação Teórica da Metodologia.....	36
3.2. Contexto da Pesquisa.....	37
3.3. Materiais.....	38
3.4. Instrumentos para a Coleta de Dados.....	39
3.5. Procedimentos para a Coleta de Dados.....	39
3.6. Procedimentos Éticos da Pesquisa.....	40
<b>4 – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....</b>	<b>40</b>
<b>5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>56</b>
<b>6 – REFERÊNCIAS.....</b>	<b>58</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>64</b>
A – Roteiro da entrevista (Modelo)	



B – Roteiro da entrevista para Diretor/ Coordenador/ Profissionais da sala de Recursos e Apoio à Aprendizagem. (Modelo)

**ANEXOS.....68**

A- Carta de Apresentação – Escola (Modelo)

B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Modelo)

C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Professor (Modelo)

**LISTA DE QUADROS**

**Quadro 1- Cursos na área de Educação Inclusiva.....24**

**Quadro 2 - Quantitativo de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais – ANEEs atendidos nas escolas públicas de Santa Maria – DF – 2011.....31**

**Quadro 3 - Regentes da Escola Paulo Freire.....37**

**Quadro 4 - Profissionais da Escola Paulo Freire.....38**

**Quadro 5 - Escola Paulo Freire.....40**

**Quadro 6 - Dificuldades encontradas pelos professores nas turmas inclusivas.....55**

**Quadro 7 - Estratégias utilizadas pelos professores que possibilitam a inserção educacional dos ANEEs.....55**

## II – APRESENTAÇÃO

Desde a sua fundação, a escola a qual será identificada aqui de Ensino Fundamental Paulo Freire, da rede pública de ensino, em Santa Maria – DF atende a alunos com deficiência física e intelectual. No cotidiano escolar, se percebe as dificuldades enfrentadas por professores das turmas inclusivas, os quais, com muito trabalho e motivação, também obtém êxitos. E, ainda que a escola não seja a solução para todos os problemas enfrentados por esse grupo de crianças, é certamente um dos caminhos mais seguros para a transformação da vida dessas pessoas. São vários os obstáculos que interferem na educação dos Alunos com Necessidades Educacionais Especiais (ANEES) como: a falta de material didático específico, equipamentos e espaço físico adequados, equipe qualificada e orientação à família. Mas mesmo assim, os professores tentam desenvolver um trabalho pedagógico que torne a inclusão dessas crianças no mundo escolar mais efetiva e prazerosa. Os avanços conseguidos têm consequências diretas sobre a autonomia desses alunos, como: escrita do nome próprio sem o auxílio da ficha, pular corda, saber localizar-se nos diversos espaços da escola, utilizar os aparelhos sanitários (pia e vaso) sem o auxílio de monitor e alimentar-se sozinho usando talheres... Por esses motivos acredita-se que a educação escolar é uma das ferramentas para a inserção plena dos Alunos com Necessidades Educacionais Especiais (ANEES) na sociedade.

A inclusão dos Alunos com Necessidades Educacionais Especiais (ANEES) deve ocorrer nos seguintes aspectos: fisicamente, pois convivem no mesmo ambiente de outros alunos; funcionalmente, uma vez que utilizam os mesmos recursos educacionais disponíveis no ensino regular e socialmente porque interagem com o meio, com seus colegas e professores através da comunicação e participação nos grupos na Instituição Educacional e na comunidade. Diante disso, a escola precisa estar sempre em constante transformação, refletindo sobre seus paradigmas e propondo mudanças, para cumprir sua função social que é atender a todos os alunos independentemente das diferenças sociais, étnicas, econômicas, religiosas e de dificuldades que possam apresentar.

A inclusão desses Alunos com Necessidades Educacionais Especiais (ANEES) no ensino regular implica a promoção de mudanças de atitudes; reflexão sobre a prática pedagógica; equipe de profissionais qualificados; investimento na formação contínua dos professores; recursos didáticos e espaços físicos adaptados as necessidade dos alunos; estímulo à aprendizagem formal e informal e programas de inserção desses alunos no mundo do trabalho bem como orientação as famílias. Trata-se de um processo complexo, o qual abrange várias dimensões, como as ideológicas, socioculturais, políticas e econômicas, mas principalmente o respeito aos sentimentos, às expectativas de vida e às necessidades da criança com deficiência, de forma que o professor busque ações práticas voltadas para a integração plena de seu aluno. Para tanto, é preciso que o educador faça um bom planejamento pedagógico direcionando as intervenções necessárias, tenha uma boa formação contínua e esteja conectado aos anseios dos educandos.

Várias são as discussões sobre o desenvolvimento diferenciado, apresentado por crianças que têm lesões físicas e/ou cognitivas. Dessa forma se faz necessária a realização de diagnósticos para possíveis intervenções. Nesse sentido, é que apresentamos nessa pesquisa uma breve explanação sobre algumas deficiências e dificuldades de aprendizagem como: Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH); Autismo e dando ênfase aos portadores de Paralisia Cerebral, bem como toda a trajetória da evolução histórica dos portadores de necessidades educacionais especiais, inclusive no Brasil e numa escola pública de Santa Maria – DF.

Houve fundamentação teórica com base em vários autores/pesquisadores que tratam da educação inclusiva dentre eles: Lev Semionovich Vygotsky, Henry Wallon, Romeu Kazumi Sassaki. A contribuição desses estudiosos sobre novas formas de avaliação e intervenção na prática pedagógica que incluem as crianças com necessidades educativas especiais são de extrema importância para a fundamentação teórica desse trabalho

As bases legais que fundamentam a educação inclusiva aqui apresentadas são: Declaração de Salamanca, Constituição Federal, Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Projeto Político Pedagógico de uma escola pública de Santa Maria – DF. Na metodologia utilizou-se uma pesquisa qualitativa de campo em uma

escola pública de Santa Maria – DF, em que os participantes responderam anonimamente a uma entrevista semi-estruturada. Apesar das notáveis contribuições desta pesquisa em relação ao tema da inclusão, não há a pretensão de se esgotar o assunto, mas simplesmente dar início a uma discussão tão cara aos profissionais que se dedicam a educação de alunos ANEEs.

## **1- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **1.1. Evolução Histórica do Atendimento ao Portador de Deficiência**

Quase não há documentos que tratam de deficiência mental antes da Idade Média. A mesma era considerada uma moléstia mental, sendo conhecida por idiotia, e englobava todos os deficientes e não apenas os casos mais graves. Em Esparta, as crianças portadoras de deficiência física ou mental, eram consideradas subumanas, sendo abandonadas nas igrejas e faziam o papel de bobos da corte e/ou eram eliminadas, sendo atiradas nos esgotos (MENEZES, 1995, p. 18).

Para Martinho Lutero, as pessoas com deficiência mereciam ser castigadas para serem purificadas. A Inquisição, as superstições e as relações estabelecidas entre deficiência mental e bruxaria determinavam rudes tratamentos para os deficientes mentais (ibid). Entretanto, outros estudiosos concebiam a deficiência mental de outra forma, conforme trecho abaixo:

No século XVI, Cardano e Paracelso já registravam as primeiras contribuições para a medicina na interpretação do comportamento de pessoas deficientes mentais. Mescladas ainda de muita superstição, as idéias sobre a deficiência mental avançavam: de forma sobrenatural, transformavam-na em doença. Com isso, os deficientes mentais passaram a receber os cuidados e a assistência que outrora lhe eram negados. Embora esse fato já configurasse num grande avanço na evolução da compreensão da deficiência mental, e com o advento do naturalismo humanista que se registram a primeira manifestação de interesse pelo lado educacional da questão (MANTOAM, 1989, p. 12).

Entre os séculos XVI a XIX – pessoas com deficiências continuavam isoladas, mas ficavam em asilos, conventos e albergues. No começo do século XX, surge

Alfred Binet (1905), cuja contribuição se dá ao situar a Psicologia numa conjuntura histórica científica. As pessoas com deficiências começaram a ser consideradas cidadãs com direitos e deveres de participação na sociedade, porém ainda de maneira assistencial. Com a Declaração dos Direitos Humanos, nos anos 60, surgiram os primeiros movimentos organizados por familiares de pessoas com deficiência, com críticas à discriminação. Pesquisas e teorias sobre a inclusão e melhoria das condições de vida dos mutilados de guerra avançaram a partir dos anos 70, nos Estados Unidos. Nos anos 80 e 90, declarações e tratados mundiais passaram a defender a inclusão. (ibid).

Segundo os autores Gilberta Januzzi, (1985), Ana Carla Menezes (1995), no Brasil, a educação das crianças deficientes surgiu institucionalmente, mas de maneira lenta, encontrando poucos incentivos. No entanto, a sociedade de então já protegia juridicamente o adulto “deficiente” por meio da Constituição de 1824, (Título II, Artigo 8º, Item 1º). Apesar dessa proteção ao adulto portador de deficiência, ele era privado de direitos políticos e de educação formal. A organização das escolas para incapacitados também foi se desenvolvendo lentamente. O cego e o surdo-mudo continuaram a ter atendimento. Entretanto, o deficiente mental era atendido em instituições psiquiátricas, misturadas com adultos catalogados como louco.

Mazzotta (2005) refere-se à história e políticas públicas, na educação especial no Brasil, com argumentos importantes, não apenas sobre a história da educação especial no Brasil, mas à história da educação do Deficiente Intelectual, suas relações e movimentos na sociedade.

No Brasil os primeiros atendimentos a deficientes físicos, visuais e deficientes mentais, iniciaram no século XIX, “Durante um século, tais providências caracterizaram-se como iniciativas oficiais e particulares isoladas, refletindo o interesse de alguns educadores pelo atendimento educacional dos portadores de deficiências” (p. 27).

A Constituição de 1934, não mencionou o excepcional, mas o Artigo 138 incube a União, os Estados e os Municípios de entre outras atribuições, assegurar

amparo aos desvalidos. A integração começou a ser discutida no Brasil a partir de um processo iniciado nos Estados Unidos nos anos 60. (MAZZOTA, p.28)

A Constituição de 1967, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 12, de 17/10/78 define que a lei especial disporá sobre a educação de excepcionais e assegura aos deficientes a melhoria de sua condição social e econômica mediante a educação especial e gratuita, assistência, reabilitação, inclusive quanto à admissão ao trabalho ou ao serviço público e salários. (ibid)

Em 1988, a Constituição Federal dispõe sobre as áreas de saúde, assistência, benefícios e acessibilidade. Em 1989, com a edição da Lei nº 7853, que criou a Coordenadoria Nacional da Pessoa Portadora de Deficiência no âmbito do Ministério da Justiça estabeleceu os princípios e diretrizes da Política Nacional da Pessoa Portadora de Deficiência que trata de várias áreas como saúde, educação, formação profissional e trabalho. Em 1991, houve a edição da Lei 8213 que previa a Lei de Benefício da Previdência Social. (ibid)

Certamente, todos estes textos legais nos demonstram que há uma base para a construção de uma sociedade mais justa, solidária e sem fator discriminatório, tornando-se assim sua aplicação necessária e urgente.

Portanto, é muito importante que o nosso sistema educacional precise saber não só lidar com as desigualdades sociais, como também com as diferenças individuais, sendo imprescindível que se organize e se estruture de forma que essas pessoas tenham acesso e permanência nas instituições educacionais.

Não basta simplesmente abrir as portas da escola, tem que prepará-la para atender e trabalhar com essas crianças, com profissionais qualificados e engajados e com o objetivo de proporcionar uma educação de qualidade, que promova com eficácia a inserção social desses indivíduos.

## **1.2. Parâmetros Legais da Educação Especial**

A Educação para todos foi adotada pela Conferência Mundial em Educação Especial organizada pelo governo da Espanha em cooperação com a UNESCO<sup>1</sup>, realizada em Salamanca entre 07 a 10 de junho de 1994. Nesta conferência, foi aprovada a Declaração de Salamanca, cujos princípios norteadores são: o reconhecimento das diferenças; o atendimento às necessidades de cada um; a promoção da aprendizagem; o reconhecimento da importância de “escola para todos” e a formação de professores. Tal Declaração sugeriu o seguinte conceito para o movimento de inclusão. “O termo necessidades educacionais especiais refere-se a todas aquelas crianças jovens cujas necessidades se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem. As escolas têm que encontrar maneira de educar com êxito todas as crianças inclusive as que têm deficiências graves” e continua:

O princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. (Seção III. 7. - Orientações para ações em níveis regionais e internacionais).

Atualmente, a educação especial é prevista por lei e foi um direito adquirido ao longo da conquista dos direitos humanos. No Brasil, a Constituição Federal de 1988, em seu capítulo II, Seção I, artigo 205 afirma que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade...”. O atendimento ao educando portador de necessidade educativa especial está previsto tanto na Constituição Federal, quanto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB (Lei 9394/96), em que atribui à escola a função de respeitar e atender as diferenças, além de promover uma educação de qualidade a todos, sem distinção.

No Art. 58º, capítulo V, da LDB destinado a Educação Especial, dá garantias de matrículas aos portadores de necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino; cria os serviços de apoio especializado (Art. 58º,§ 1º); oferece

---

<sup>1</sup> UNESCO: United Nation Educational, Scientific and Cultural Organization, organismo integrado na Organização das Nações Unidas (ONU), criado em 1946, a fim de promover a paz mundial, através da cultura, educação, comunicação, as ciências naturais e as ciências sociais.

Educação Especial durante a Educação Infantil (Art. 58º,§ 3º); trata da especialização de professores (Art. 59º, III) e define que o Poder Público adotará a ampliação do atendimento aos alunos com necessidades especiais na própria rede pública de ensino (Art. 60º).

**Art. 58º.** Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. §

**1º.** Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. §

**3º.** A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. **Art. 59º.** Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: **III** - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

**Art. 60º.** Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público. Parágrafo único. O Poder Público adotará como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo. (LEI 9394/96)

A aprendizagem escolar também está vinculada diretamente ao currículo, que é organizado para orientar, dentre outros, os diversos níveis de ensino e as ações docentes. As manifestações das dificuldades de aprendizagem na escola apresentam-se cotidianamente, desde situações leves e transitórias que podem se resolver espontaneamente no curso do trabalho pedagógico até situações mais graves e persistentes que requerem o uso de recursos especiais para a sua solução. Atender a esse contínuo de dificuldades exige respostas educacionais adequadas envolvendo graduais e progressivas adaptações do currículo. “Não um novo currículo, mas um currículo dinâmico, alterável, passível de ampliação para que atenda realmente a todos os educandos”. (Parâmetros curriculares Nacionais, MEC, 1998).

Dessa forma, a conceituação de inclusão sugere a idéia de uma escola em transformação e construção constantemente. Isso implica uma prática pedagógica adaptada às diferenças individuais dentro das escolas. No entanto, requerem metodologias; equipe qualificada; materiais e equipamentos adaptados;



procedimentos pedagógicos, assim como a criação de programas de preparo para o trabalho, estímulo à aprendizagem informal e orientação à família. O desafio da escola inclusiva é o de atender o seu aluno em sua totalidade, desenvolver uma pedagogia capaz de ensinar todos os alunos, incluindo aqueles com deficiências e desvantagens severas. Dessa forma a escola será tanto democrática à medida que acolher, educar e ensinar a todos ao mesmo tempo, quanto inclusiva na medida em que respeitar as diferenças individuais estimulando a capacidade do aluno de aprender.

A escola constitui-se num contexto diversificado de desenvolvimento e aprendizagem. Uma das suas tarefas mais importantes, embora difícil de ser implementada, é preparar tanto alunos como professores e pais para viverem e superarem as dificuldades em um mundo de mudanças rápidas e de conflitos interpessoais, contribuindo para o processo de desenvolvimento do indivíduo, em especial aqueles com deficiências. Esse processo exige profissionais formados e qualificados, abertos às mudanças e interessados, pois o professor se torna agente fundamental na interação educador/educando. Assim podem-se definir algumas habilidades do professor de educação especial: compreender as características da criança especial, bem como do currículo e relacioná-lo com as necessidades do aluno, selecionar, elaborar e usar materiais adequados ao trabalho a ser realizado; atualização profissional; iniciativa e autonomia, além do conhecimento da história de vida da criança e suas motivações.

Dessa forma o nosso sistema educacional precisa reconhecer a sala de aula como um espaço heterogêneo, em que os sujeitos que nele se encontram precisam ter suas individualidades preservadas e os profissionais da educação que nele atuam tem que ter como objetivo central a inserção social de todos os elementos envolvidos no contexto escolar. Assim sendo, será mais democrática, quando acolher, respeitar as diferenças individuais e estimular o desenvolvimento da capacidade do aluno de aprender.

### **1.3. A Educação dos ANEEs**

Atualmente, as contribuições de Lev Semionovitch Vygotsky<sup>2</sup> e Henri Wallon têm transformado o ensino tradicional e permitido investigações sobre novas formas de avaliação e intervenção nas práticas pedagógicas que incluem as crianças com necessidades educativas especiais. Segundo o pensamento de Vygotsky: “uma criança portadora de uma deficiência não é simplesmente uma criança menos desenvolvida que as demais, apenas se desenvolvem diferente” (apud Rabelo, 1999, p. 20). Vale ressaltar que estas crianças portadoras de Necessidades Educativas Especiais (ANEEs) só poderão tornar-se valiosas na sociedade se todos os envolvidos permitirem e possibilitarem a mudança de paradigmas acreditando no potencial de todas elas.

Para Vygotsky, o desenvolvimento da inteligência e da personalidade é extremamente motivado, ou seja, é resultado da aprendizagem. Pois, sem o contato da criança com a cultura, com os adultos, com as crianças mais velhas e etc., a criação das capacidades e aptidões não acontecerá. Por isso, para ele, o bom ensino é aquele que garante a aprendizagem e impulsiona o desenvolvimento. Visto que para se alcançar este patamar é necessário ter um ensino de qualidade, com profissionais capacitados, uma boa estrutura arquitetônica da escola, os alunos precisam estar motivados, tem que ter a participação ativa da família. Dessa forma, fica claro que o papel da escola é procurar atingir o desenvolvimento da criança que ainda não foi alcançado, e para isso, os educadores têm que estar bem preparados para intervir, provocando avanços que de forma espontânea não poderia acontecer. Um grupo de alunos e seu professor, na instituição escolar em processo contínuo de criação, podem gerar novas possibilidades de relação.

De acordo com Vygotsky “a escola tem o papel de fazer a criança avançar em sua compreensão de mundo a partir de seu desenvolvimento já consolidado e tendo como meta etapas posteriores, ainda não alcançadas”. Por sua vez, “o professor tem o explícito papel de interferir na zona de desenvolvimento proximal dos alunos provocando avanços que não ocorreriam espontaneamente. (REGO, 1999, p.85).

---

Lev Semionovitch Vygotsky<sup>2</sup> nasceu em 1896 em Bielo-Rússia, que depois (em 1917) ficou incorporada à União Soviética, e mais recentemente voltou a ser Bielo – Rússia. Morreu antes de completar 38 anos com tuberculose em 1934.

Para o professor, os métodos são eficazes somente quando de alguma forma estão coordenados com o modo de pensar dos alunos. Vygotsky quando examina teoricamente as relações entre aprendizagem e desenvolvimento real e potencial formula o conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) como:

A distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes. (Saberes e prática da inclusão, p.86)

O professor tem o papel de mediador, ou seja, um elo entre o conhecimento e o aluno. O professor é o organizador do ambiente social (conforme escreveu Vygotsky, 2003) e é por isso que ele dá ênfase à posição do aluno como aquele que dirige o seu próprio processo de aprendizagem, portanto, educar é nutrir possibilidades relacionais.

Integrar inclui as diversas facetas do processo ensino/aprendizagem, exige o compromisso e a responsabilidade com o aluno, permitindo a compreensão da pessoa no processo de ensinar/aprender (TACCA,2005). Podemos dizer que o professor procure ter a clareza, as metas e objetivos da missão a se realizar, saber o que vai ensinar e para quem ensinar e como realizar, ciente que há muitas implicações para o seu trabalho.

A criança em sua essência é a mesma, precisa do outro para se socializar e crescer como pessoa e ser humano. Construir seu conhecimento através de sua interação com os demais fará do Aluno com Necessidades Educacionais Especiais (ANEEs) um ser capaz como os outros, não da mesma forma, mas com suas limitações, seus desejos, suas frustrações e sua vontade de ser respeitado como gente que pensa, sofre, ama, se decepciona e que busca o mesmo que todo ser humano, ou seja, ser feliz e aceito por todos.

Para Vygotsky (apud Rabelo, 1999, p.20) "uma criança portadora de um defeito não é simplesmente uma criança menos desenvolvida que as demais,

apenas se desenvolvem de forma diferente". Ele revela o caráter mediador da constituição humana e marca a especificidade de nossa forma consciente de atuação no mundo. É a partir de outros homens, por meio da linguagem e dos instrumentos criados culturalmente, que nos construímos pessoa. Para ele, a formação se dá numa relação dialética entre o sujeito e a sociedade a seu redor – ou seja, o homem modifica o ambiente e o ambiente modifica o homem. Mas, o que interessa mesmo é a interação que cada pessoa estabelece com determinado ambiente, a chamada experiência pessoalmente significativa.

Vale ressaltar que este trabalho pode surtir maior efeito, quando a família participa, apoiando e incentivando o aluno. A família é um dos primeiros ambientes de socialização do indivíduo, atuando como mediadora. No ambiente familiar, a criança aprende a administrar e resolver conflitos, controlar as emoções, entre tantos outros fatores importantes e significativos à criança. Tais conhecimentos adquiridos auxiliam o professor a buscar alternativas adequadas de interação.

Segundo Henri Wallon<sup>3</sup> (1996) o processo de humanização se concretiza nos meios e grupos que a criança frequenta. As experiências vividas com seus pares, fora de casa, em creches e escolas, vão construir outras referências para ela. A constituição do “eu”, contudo, é um processo que jamais se acaba. Portanto, diz ele:

As pessoas do meio nada mais são, em suma, que ocasiões ou motivos para o sujeito exprimir-se e realizar-se. Mas, se ele pode dar-lhes vida e consistência fora de si, é porque realizou, em si, a distinção do “eu” e do que lhe é complemento indispensável: esse estranho essencial do “outro”. A distinção[...] resulta de uma bipartição mais íntima entre dois termos que não poderiam existir um sem o outro, ainda ou não antagonistas, um que é uma afirmação de identidade consigo próprio e o outro que resume aquilo que é necessário expulsar dessa identidade para preservá-la. (p. 164).

A teoria psicogenética de Wallon revela-se de grande importância para a educação, porque compreende a forma completa, o que implica a necessidade de uma prática pedagógica que envolva os aspectos intelectual, afetivo e motor integrados, fazendo com que a escola passe a ser um lugar de desenvolvimento

---

Henri Wallon<sup>3</sup> nasceu em 1879, em Paris, França, e morreu nesta mesma cidade em 1962. Formou em Medicina, visando o trabalho em Psicologia, disciplina que não existia como autônoma na época.

Era também versado em Filosofia. Engajado em atividades educacionais, esteve muito envolvido nos debates da Escola Nova.

pessoal e não só instrucional. Esse desenvolvimento responde ao plano biológico em interação com o plano social, pois a criança tem história, faz parte de um grupo social, traz consigo elementos da cultura em que está inserida. Entretanto, diz Wallon (1998): “A criança só sabe viver sua infância, conhecê-la pertence ao adulto” (p. 27).

A criança aprende melhor quando se leva em conta o que ela quer saber, ou seja, quando é proporcionado o tempo e lhe fornecido possibilidades de criar seus próprios processos de pensamento e ajustá-los progressivamente à realidade e, quanto ao educador cabe saber que é possível criar uma ambiente favorável ao processo de desenvolvimento e aprendizagem das crianças tendo a clareza que são as intenções que determinam a cada instante um trabalho pedagógico autêntico e não os métodos, os procedimentos e as técnicas. Como também, é preciso que estas intenções estejam em estreita relação com a prática pedagógica. Lapierre (1986) ressalta que:

Quando a criança reencontra ou conserva o dinamismo de sua pessoa, de seu ser, quando assume realmente a autonomia do seu desejo, torna-se surpreendentemente disponível. Ela integra rapidamente uma grande quantidade de conhecimentos sob a condição de que se forneçam alimentos ao seu desejo de conhecer e de fazer, sob condição, sobretudo, de que não a encerremos na estreita obrigação de um saber selecionado, atomizado, uniformizado e cronologicamente programado. (p.85).

Apesar de a criança também estar inserida na era tecnológica, ela não é gente grande, continua a ser criança, por isso necessita brincar com as coisas do mundo adulto, fantasiar, mexer e revirar esse mundo que fizeram para ela. E assim, poderá assumir seu desejo de ser e querer saber-fazer, num espaço onde predomina a liberdade de expressão, a ludicidade e a criatividade, em busca de um desenvolvimento significativo.

Daí, é que aparece a necessidade do professor ampliar cada vez mais as vivências do aluno com o ambiente físico, com brinquedos, brincadeiras e com outras crianças, permitindo que ele aprenda com seu corpo em movimento, num espaço de liberdade, despertando nessa criança a paixão de conhecer e o prazer de

descobrir o mundo, interligando a ética e o conhecimento necessário, sem deixar de lado a aprendizagem social (conhecimento elaborado historicamente), respeitando seu processo global de desenvolvimento. E complementa Emília Ferreira (1989):

É importante que a primeira experiência escolar seja sem medo e que a criança descubra o prazer de aprender. Porque uma das coisas que sabemos é que um dos maiores danos que se pode fazer a uma criança é deixá-la perder a confiança em sua capacidade de pensar. (p.67)

Dessa forma, vale ressaltar que é de suma importância, o planejamento da ação educativa envolvendo os educadores da educação especial e os demais funcionários da instituição, contribuindo assim para a melhoria da qualidade do ensino e junto à equipe buscar alternativas para minimizar as diferenças entre alunos com deficiências e os demais. Por outro lado, o professor precisa contar com o apoio de uma equipe especializada de atendimento (médicos, terapeutas, especialistas) e também, com os profissionais da sala de recursos, que poderão apoiar e dar suporte com vistas a realizar o seu trabalho de maneira adequada. É necessário que o educador tenha o espírito da busca. Buscar novos conhecimentos, objetivando criar, planejar, descobrir, experimentar e ensinar. Acreditar no que faz e principalmente acreditar no potencial dos seus alunos.

O nosso desafio como profissionais da educação será o de trabalhar por uma escola inclusiva, com qualidade de ensino, pois sabemos de sua importância. A educação é a mola mestra do desenvolvimento econômico e social de um país. É claro que neste desafio ela não está só. Precisamos de uma justiça que funcione, de uma saúde que abrigue a todos e de uma política comprometida com o cidadão. "Quanto mais sistemas comuns da sociedade adotar a inclusão, mais cedo se completará a construção de uma verdadeira sociedade para toda a sociedade inclusivista" (SASSAKI, 1997, p.42).

Assim, a pessoa com necessidades especiais deve encontrar, na sociedade, caminho propício para o seu desenvolvimento através de sua educação e qualificação para o trabalho. Estando ele já inserido no processo, a sociedade se adapta as suas limitações. E, como bem diz Mantoan (1997):

A inclusão é um motivo para que a escola se modernize e os professores aperfeiçoem suas práticas e, assim sendo, a inclusão escolar de pessoas deficientes torna-se uma consequência natural de todo um esforço de atualização e de reestruturação das condições atuais do ensino básico. (p.120).

Nessa perspectiva, torna-se imprescindível que a escola esteja preparada para lidar com as diferenças. Para que isso aconteça se faz necessário capacitá-la para trabalhar com a diversidade, fazendo com que os profissionais da escola sejam capazes de oferecer oportunidades de atendimento educacional, prevendo as diferenças, as limitações, as potencialidades e os interesses de cada aluno, ou seja, trabalhar individualizando o ensino de acordo com as necessidades específicas desse aluno.

Diante do pressuposto, pode-se perceber a importância do professor assumir a condição de autor da própria prática pedagógica, aquele que, diante de cada situação precisa refletir e buscar soluções, proporcionar novas estratégias se preciso for, buscando assim a autonomia intelectual. Buscar esse caminho exige estudo e refletir sobre sua prática pedagógica, trabalho em parceria e, principalmente, disponibilidade para aprender e experimentar.

Dessa forma, vale abordar um pouco sobre os cursos oferecidos pela Secretaria de Educação do Distrito Federal por meio da Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (EAPE), oferecido para professores que atuam com Educação Especial, nesse início de ano de 2011 e que assim se apresenta: A Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (EAPE) tem como objetivo principal promover a formação continuada para as carreiras de Magistério e Assistência, contribuindo com uma educação democrática de qualidade social e com a valorização dos profissionais da rede pública da Secretaria de Educação do Distrito Federal.

Porém, apesar da quantidade de cursos, eles são ministrados apenas na sede da EAPE dificultando o acesso aos professores que moram nas cidades

satélites mais distantes (Santa Maria, Sobradinho, São Sebastião...) ou no entorno. (Luziânia, Valparaíso de Goiás, Águas Lindas...).

Além da distância, há o trânsito congestionado e por esse motivo, sobra pouco tempo aos professores entre a saída do curso na EAPE e o retorno à escola para o seu horário de regência. Por outro lado as vagas são oferecidas quase que exclusivamente aos profissionais efetivos da Secretaria de Educação. Muitos são os professores de contrato temporário que assumem turmas inclusivas e têm que desenvolver suas atividades com a mesma competência e assumindo as mesmas responsabilidades de seus colegas efetivos.

**Quadro 1- Cursos na área de Educação Inclusiva oferecidos pela EAPE em 2011.**

<b>Curso, carga horária</b>	<b>Pré-requisito</b>
A Escolarização do Estudante com Deficiência Visual 180 horas	Professores do quadro efetivo que atendem alunos com deficiência visual. (Apresentar declaração da escola que comprove o atendimento a alunos com deficiência visual.
Adequação curricular 60 horas	Apresentar declaração da escola afirmando a atuação em classe especial, integração inversa e em Centro de Ensino Especial e classe comum. Profissionais da Carreira de Magistério do quadro efetivo ou contrato temporário da SEDF.
Alfabetização e Letramento de Surdos sob o enfoque da Sociolinguística Educacional. 60 horas	Professor que atende alunos surdos. (Apresentar declaração da escola confirmando a atuação com aluno surdo).
A Escolarização do Aluno com Deficiência Intelectual. 60 horas	



Comunicando com o surdo II. 60 horas	Ter certificado de conclusão do Comunicando I. (Apresentar o certificado ou declaração de conclusão do curso).
Atendimento ao Aluno com Transtorno Global do Desenvolvimento – TGD 60 horas	Não ter concluído o curso TGD ofertado pela EAPE no 2º semestre de 2009 e no ano de 2010.
Atendimento Educacional Especializado. 180 horas	Apresentar declaração da escola afirmando atuação em sala de Recursos e/ou nos Centros de Ensino Especial. Ter noções de informática e internet.
Comunicando com o Surdo I. 60 horas	Professores que se enquadram no público alvo e concluíram o curso Educação Básica de Surdos, ofertado pela EAPE em 2009 e 2010. (Apresentar declaração ou certificado de conclusão do curso).
Distúrbio do Processamento Auditivo Central e Dificuldades de Aprendizagem Relacionadas 60 horas	Professor que atua com alunos diagnosticados com DPAC _ (Apresentar declaração da instituição).
Libras I 60 horas	Ter certificado de conclusão do curso Libras em Ação. (Apresentar certificado ou declaração de conclusão do curso).
Educação de Surdos 60 horas	
Ensino de Português para Surdo como Segunda Língua. 60 horas	Apresentar declaração da instituição de ensino que atua com alunos surdos.
Planejamento e Avaliação de Estratégias de Atendimento ao Aluno com Transtorno Global do Desenvolvimento.	Atender obrigatoriamente, alunos com TGD (apresentar declaração da escola, que comprove o atendimento no ano de 2011.

120 horas	
Libras em Ação 60 horas	Professores que concluíram o curso Comunicando com o Surdo II. (Apresentar certificado ou declaração de conclusão do curso.
Libras II 60 horas	Professores que concluíram o curso Libras I. (Apresentar o certificado ou declaração de conclusão do curso.
Modelos Qualitativos: Uma Nova Maneira de Ensinar Ciências para Alunos Surdos. 60 horas	Apresentar declaração de atuação nos componentes curriculares e que atendam alunos surdos.

#### **1.4. Necessidades educacionais especiais e Dificuldades de Aprendizagem**

Falar em necessidades educacionais especiais, portanto, deixa de se pensar nas dificuldades específicas dos alunos e passa a significar o que a escola pode fazer para dar respostas às suas necessidades, de um modo geral, bem como aos que apresentam necessidades específicas muito diferentes dos demais. Nesse contexto, a ajuda pedagógica e os serviços educacionais, mesmo os especializados quando necessário não devem restringir ou prejudicar os trabalhos que os Alunos com Necessidades Educacionais Especiais (ANEEs) compartilham na sala de aula com os demais colegas. Manter a ação pedagógica “normal” parece ser um desafio presente na integração dos alunos com maiores ou menos acentuadas dificuldades para aprender. Para Juan F. Romero:

[...] podem ser qualificadas como generalizadas, por afetar quase todas as aprendizagens (escolares ou não escolares), e como graves, por serem afetados vários e importantes aspectos do desenvolvimento da pessoa (motoras, linguísticas, cognitivas, etc), geralmente como consequência de uma lesão de um dano cerebral manifestado, observável, cuja origem é adquirida (durante o desenvolvimento embrionário ou em

acidente posterior ao nascimento), ou fruto de alguma alteração genética.(2004, p. 53)

Em outras palavras, cada pessoa aprende a seu modo, estilo e ritmo. As dificuldades de aprendizagem envolvem muitas áreas de percepção, entre as quais: crianças com condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais e sensoriais diferenciadas. Para descrever as dificuldades de aprendizagem, são empregados vários termos, sendo que o indivíduo pode apresentar uma ou mais de uma. Por isso, é interessante que o professor procure alternativas de aprendizagem para que a criança sinta interesse e que valorize sua auto-estima, e assim consiga desenvolver suas atividades com êxito.

A maioria das necessidades especiais é o resultado de condições atípicas, tais como: Deficiência mental, física, auditiva, visual e múltipla; autismo (Gauderer, 1993); dificuldades de aprendizagem; insuficiência orgânica; superdotação (Taylor et al, 1990; Machado et al., 1989); problemas de conduta; distúrbio de déficit de atenção com hiperatividade; distúrbio obsessivo compulsivo, síndrome de Tourette (Santos, 1994; Sasaki, 1995); distúrbios emocionais; transtorno mentais (SASSAKI,1997, p.16).Algumas delas são:

**O Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH)** é frequentemente estudado em conexão com as dificuldades de aprendizagem, mas atualmente não está compreendido nas definições padrão de dificuldades de aprendizagem. É verdade que indivíduos com TDAH debatem-se com a aprendizagem, mas com frequência podem aprender, uma vez que estejam adequadamente tratados/medicados. Uma pessoa pode ter TDAH mas não possuir dificuldades de aprendizagem, ou ter dificuldades de aprendizagem mas não apresentar TDAH.

Essas dificuldades de aprendizagem podem ser tratadas com uma variedade de métodos, como também alguns ajustes e equipamentos podem ajudar a compensar a deficiência em sala de aula como: tarefas escolares alternativas ou modificadas, procedimentos de avaliação modificados; equipamento especial como fonadores eletrônicos e dicionários, processadores de texto; colocação desse aluno em uma turma inclusiva para minimizar essa deficiência.

É necessário que o professor pesquise, investigue e esteja em constante formação em busca de novos conhecimentos, para poder compreender e buscar o fazer pedagógico de forma autônoma, efetiva, consciente, buscando sempre os resultados positivos na vida pessoal de cada aluno, tanto quanto é de suma importância o professor estar procurando parcerias junto à equipe escolar e demais colegas de profissão, visando promover estratégias e intervenções para alcançar os anseios e necessidades de cada aluno atuando de forma precisa, no sentido de apoiar cada aluno em especial.

Sabemos que não é nada fácil conseguir estar atento a tudo isso e muito mais, mas é importante que o profissional da educação seja consciente e que reflita sobre o seu papel na formação dos alunos, que saiba como a sua atuação profissional e humana poderá ter resultados positivos ou negativos e que estará presente na existência dessa criança.

**Autismo** infantil é um Transtorno Global do Desenvolvimento caracterizado por um desenvolvimento anormal ou alterado, manifestado antes da idade de três anos, e apresentando uma perturbação característica do funcionamento em cada um dos três domínios seguintes: interações sociais, comunicação, comportamento focalizado e repetitivo.

Além disso, o transtorno se acompanha comumente de numerosas outras manifestações inespecíficas, por exemplo: fobias, perturbações de sono ou da alimentação, crises de birra ou agressividade (auto-agressividade). Algumas crianças, apesar de autistas, apresentam inteligência e fala intactas, outras apresentam sérios retardos no desenvolvimento da linguagem. Alguns parecem fechados e distantes, outros presos a comportamentos restritos e rígidos padrões de comportamento. Os diversos modos de manifestação do autismo também são designados de espectro autista, indicando uma gama de possibilidades dos sintomas do autismo.

O médico austríaco Leo Kanner, pela primeira vez em 1943 descreve o quadro clínico sobre o assunto, em relação ao comportamento dos pacientes:[...] O

denominador comum desses pacientes é sua impossibilidade de estabelecer, desde o começo da vida, interações esperadas com pessoas e situações. (1943, p.20).

O autismo é uma inadequacidade no desenvolvimento que se manifesta de maneira grave por toda a vida. É incapacitante e aparece tipicamente nos três primeiros anos de vida. Acomete cerca de cinco entre cada dez mil nascidos e é quatro vezes mais comum em meninos do que em meninas. É encontrado em todo o mundo e em famílias de qualquer configuração racial, étnica e social. Não se conseguiu até agora provar qualquer causa psicológica no meio ambiente dessas crianças, que possa causar a doença. Os sintomas são causados por disfunções físicas no cérebro, verificados pela anamnese ou presentes no exame ou na entrevista com o indivíduo" ( GAUDERER, 1993, p. 22).

Os indivíduos com autismo usualmente exibem algumas características como: dificuldade de relacionamento com outras crianças; riso inapropriado; pouco ou nenhum contato visual; aparente insensibilidade à dor; preferência pela solidão; inapropriada fixação em objetos; ausência de resposta aos métodos normais de ensino; não tem real medo do perigo; recusa afagos e carinhos; age como se fosse surdo; demonstra extrema aflição sem razão aparente, entre outros. Nem todos as pessoas com autismo apresentam todos os sintomas, porém a maioria dos sintomas está presente nos primeiros anos de vida da criança, variando de leve a grave e em intensidade de sintoma para sintoma. (GAUDERER, 1997, p.3)

[...] Uma relação afetiva inadequada, oriunda, em geral, de uma afetividade gélida por parte da mãe, levaria a profundas distorções no desenvolvimento psico-afetivo da criança. Kanner nos seus trabalhos iniciais, referiu ter encontrado crianças autistas em lares onde os pais eram, na sua maioria, profissionais liberais intelectualizados e frios do ponto de vista das relações afetivas. Apesar de ter feito referência a estes fatores, não deixou de formular de maneira absolutamente clara e transparente que lhe era impossível descartar a possibilidade de algum fator biológico (da criança), uma vez que, em alguns casos, as anormalidades comportamentais estavam presentes desde muito cedo, o que dificultaria a aceitação de uma hipótese puramente relacional. (Schwartzman, 1994.p. 25).

Um diagnóstico preciso deve ser realizado por um profissional qualificado, portanto, não pode ser feito puramente com base em testes e ou escalas de avaliação. A base da terapêutica presume o envolvimento da família. É fundamental o investimento no ser humano com autismo, toda a intervenção produzirá benefícios significativos e duradouros.

No caso das crianças pequenas autistas, o professor em particular, pode ter um papel muito mais decisivo que a escola, que alguns professores em muitos casos, cria fortes laços afetivos com a criança, exercendo uma enorme influência em seu desenvolvimento, abrindo assim uma porta fechada no mundo do autista. Os professores que atendem crianças com transtornos globais do desenvolvimento requerem apoio externo e de especialistas nestes casos. É imprescindível para eles a orientação por parte de assessores com bom nível de formação, como também é muito importante a colaboração da família, sendo este um dos fatores mais relevantes no êxito das tarefas educacionais e terapêuticas com crianças autistas

**Paralisia Cerebral** é uma síndrome decorrente de uma lesão no cérebro, de caráter não progressivo ocorrida pré, peri ou pós-natal, antes da maturação do sistema nervoso central. Essa lesão provoca desordens no movimento e postura da criança e em alguns casos tem como problemas associados a deficiência mental, episódios convulsivos, alterações da fala, distúrbios perceptivos, viso-motores e problemas sensoriais (audição, visão discriminação, tato), distúrbio de dominância cerebral, distúrbios emocionais, distúrbio de comportamento.

A definição de Paralisia Infantil mais comumente aceita procede dos países anglo-saxões (Barraquer, Ponces, Corominas e Torras 1964, p. 7), nos quais se entende como *cerebral palsy*...

[...] a seqüela de uma afecção encefálica que se caracteriza primordialmente por um transtorno persistente, mas não invariável, do tônus, da postura e do movimento, que aparece na primeira infância, e não apenas é diretamente associado a essa lesão não evolutiva do encéfalo, como se deve também à influência que tal lesão exerce na maturação neurológica'. (Carmen Brasil, p. 215).

Diante de todas essas dificuldades entre outras encontradas pelas crianças ANEEs, percebe-se que o processo de ensino-aprendizagem deve ser organizado e estruturado de forma a privilegiar o desenvolvimento geral da criança ou do jovem com Paralisia Cerebral. É necessário existir uma equipe de profissionais que trabalhem no sentido de suprimir as dificuldades da criança/jovem. Deve beneficiar as áreas que possibilitem e auxiliem o seu desenvolvimento, tais como: a terapia da fala, terapia ocupacional, psicomotricidade, apoio psicológico, fisioterapia, exercícios

que facilitem as áreas de expressão, atividades aquáticas, massagens, informática, afazeres da vida diária.

O desenvolvimento cognitivo da criança com PC, além das dificuldades de atuar sobre o mundo físico, pode ser afetado também por seus problemas no desenvolvimento da linguagem. Sem dúvida, a linguagem, além de ser uma forma de comunicação, é uma capacidade instrumental da maior importância para a construção do conhecimento e, portanto, qualquer limitação ou alteração das habilidades lingüísticas pode acarretar problemas no desenvolvimento da inteligência.

Embora as crianças com PC muitas vezes manifestem uma capacidade de compensação e de substituição no que diz respeito ao desenvolvimento cognitivo, suas limitações para explorar e manejar instrumentos e materiais didáticos diversos como o lápis para escrever ou desenhar, bem como explorar e manipular o ambiente, para falar, para escrever, podem significar em muitos casos que sem os suportes pedagógicos adequados, esses alunos não consigam efetivar suas potencialidades intelectuais.

O trabalho realizado pelos técnicos (professor/educador, psicólogo, terapeutas...), assim como a interação de todas as áreas deverão procurar elevar o nível cognitivo, autonomia pessoal e social, comunicação, atividade psicomotora e sócio-afetiva, assim como desenvolver a área sensorial-perceptiva.

De forma simplificada, segue abaixo a relação das Escolas Públicas de Santa Maria, e o quantitativo de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais (ANEES), como estão distribuídas nas turmas, sendo um total de 671 alunos atendidos em 25 escolas.

**Quadro 2 - Quantitativo de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais  
– ANEEs atendidos nas escolas públicas de Santa Maria – DF – 2011.**

ESCOLA	MODALIDADE DE TURMAS	Nº DE ALUNOS	TURMAS
--------	----------------------	--------------	--------

Centro de Ensino Especial 01	Classe Especial	89	
	Estimulação Precoce	67	
	Oficina sócio-profissionalizante	41	
Centro de Educação Infantil 210	Integração inversa	10	1º e 2º Períodos
Centro de Educação Infantil 416	Integração inversa	01	1º PE
	Classe comum sem redução	02	2º PE
Jardim de Infância 116	Integração inversa	02	1º PE
	Classe comum sem redução	01	1º PE
CAIC Santa Maria	Classe comum com redução	10	
	Integração inversa	10	1º PE à 4ª série
	Classe comum sem redução	01	
CAIC Albert Sabin	Integração Inversa	18	
	Classe comum sem redução	01	1º PE à 4ª série
	Classe comum com redução	16	
	Classe Bilíngüe	01	
Escola Classe 100	Classe com redução	05	
	Integração inversa	11	
	Classe sem redução	01	1º PE à 4ª série
	Classe Bilíngüe	05	



	Classe especial	01	
Escola Classe 116	Integração inversa	16	1º Ano à 4ª série
	Classe comum com redução	09	
	Classe comum sem redução	01	
	Classe especial	03	
Escola Classe 216	Integração inversa	03	1º Ano à 4ª série
	Classe comum com redução	05	
	Classe comum sem redução	03	
Escola Classe 206	Integração inversa	14	1º Ano à 4ª série
	Classe comum sem redução	01	
	Classe comum com redução	08	
	Classe especial	14	
	Classe Bilíngüe	12	
	Unidade especial de Def. Auditiva	08	
Escola Classe 215	Integração inversa	05	1º Ano à 4ª série
	Classe comum com redução	03	
Escola Classe 218	Integração inversa	03	1º PE à 4ª série
	Classe comum com redução	06	
Escola Classe 01 do Porto Rico	Integração inversa	09	2º PE à 4ª série
	Classe comum com redução	06	

Centro de Ensino Fundamental 103	Classe comum com redução	09	6º ao 9º Ano
	Classe comum sem redução	01	
Centro de Ensino Fundamental 201	Classe comum com redução	08	6º ao 9º Ano
	Classe comum sem redução	12	
Centro de Ensino Fundamental 209	Classe comum com redução	14	6º ao 9º Ano e EJA
	Classe comum sem redução	02	
	Classe Bilíngüe	02	
Centro de Ensino Fundamental 213	Classe comum com redução	26	6º ao 9º Ano
Centro de Ensino Fundamental 308	Integração inversa	05	1º Ano ao 9º Ano
	Classe comum com redução	06	
	Classe comum sem redução	01	
	Classe Bilíngüe	10	
Centro de Ensino Fundamental 316	Classe comum com redução	04	6º ao 9º Ano e EJA
	Classe comum sem redução	14	
Centro de Ensino Fundamental 403	Integração inversa	07	1º PE à 4ª série
	Classe comum com redução	07	
Centro de Ensino 418	Integração inversa	08	1º Ano à 4ª série
	Classe comum com redução	08	
Centro de Ensino Fundamental Santos Dumont	Classe comum com redução	07	1º ao 9º Ano
Centro de Ensino Médio 404	Classe comum com redução	15	1º ao 3º Ano
Centro de Ensino Médio 417	Classe comum sem redução	17	1º ao 3º Ano

Centro Educacional 310	Integração inversa	42	1º ao 3º Ano e EJA
	Classe comum com redução	02	
	Classe comum sem redução	08	
	Classe Bilíngüe	08	

## 2 - OBJETIVOS

O estudo tem como objetivo geral compreender como se realiza o processo de inclusão de Alunos com Necessidades Especiais (ANEES) numa escola pública de Santa Maria – DF para se refletir sobre como esse processo pode ser ampliado/melhorado. Como objetivos específicos destacam-se:

1 - Identificar as dificuldades encontradas pelos professores, no cotidiano escolar em relação ao processo ensino/aprendizagem dos Alunos com Necessidades Educacionais Especiais (ANEES).

2 - Compreender as estratégias utilizadas pelos professores dos Alunos com Necessidades Educacionais Especiais (ANEES) que possibilitam, com maior sucesso, a inserção educacional e social dessas crianças.

## 3 – METODOLOGIA

Para responder às perguntas deste trabalho – sabendo que a educação é um direito de todo indivíduo, entre tantos outros direitos sociais, o que a escola tem feito para garantir o acesso, a permanência e aquisição de habilidades e competências que garantam o sucesso do aluno portador de necessidade educativa especial? Quais os motivos que levam o professor a escolher uma turma de integração inversa? – foi realizada uma pesquisa de natureza qualitativa, que se caracteriza pelo contato direto do pesquisador com seu objeto de estudo na tentativa de perceber os significados que os envolvidos têm sobre sua prática e as dos outros a

partir da construção, análise e descrição dos dados obtidos. De acordo com Gomes Pinto (2007):

A abordagem metodológica qualitativa é coerente com a compreensão de desenvolvimento deste trabalho, uma vez que contempla e valoriza a diversidade dos participantes da pesquisa e a riqueza presente na construção interativa dos dados. (Gomes Pinto, março 2007)

É também bibliográfica por apoiarmos nossos estudos em autores renomados que demonstraram domínio e conhecimento sobre o tema: inclusão de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais (ANEEs); documental pela necessidade de conhecermos as bases legais que regem a Educação Para Todos e o projeto educacional de escola.

A pesquisa de campo foi realizada numa escola pública de Santa Maria – DF, denominada aqui, de maneira fictícia, como Escola Paulo Freire, para preservar a identidade da escola, alunos e professores.

### **3.1. Fundamentação teórica da Metodologia**

A escola foi selecionada de acordo com os seguintes critérios: ser escola pública de ensino de Santa Maria – DF, aceitar a realização da pesquisa, ter em torno de oito profissionais com possibilidade de participar das entrevistas. A escola tem por nome fictício Escola Paulo Freire.

A escola acima citada foi inaugurada em 1993 para atender alunos da Creche, Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental de Santa Maria, mas desde 2005 passou a ser uma escola inclusiva e está atendendo neste ano de 2010, 14(catorze) turmas de integração inversa, sendo as mesmas atendidas pela Sala de Recursos e Equipe de Apoio à Aprendizagem, que acompanham o desenvolvimento e aprendizagem dos Alunos com Necessidades Educacionais Especiais (ANEEs) e oferece suporte pedagógico para a equipe de professores. Muitas crianças matriculadas são criadas por avós ou mães, chefes de família.

---

<sup>4</sup> Todas as informações descritas sobre a escola de Ensino Fundamental foram retiradas de seu Projeto Político Pedagógico. Este documento não consta em nossas Referências Bibliográficas para evitar a identificação da Escola.

A comunidade, com algumas exceções, é de baixa escolaridade, com famílias numerosas e com baixo poder aquisitivo. Antes da criação de Santa Maria, as famílias moravam em invasões espalhadas pelo Distrito Federal. A grade curricular da escola fundamenta-se na lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, no Estatuto da Criança e do Adolescente e no Currículo de Educação Básica das Escolas Públicas do Distrito Federal. O trabalho é desenvolvido por meio de eixos metodológicos e projetos variados que buscam a construção de competências e habilidades. Citamos aqui alguns exemplos:

- a) Projeto Festa Junina;
- b) Projeto Folclore;
- c) Projeto Leitor/Criador;
- d) Projeto Vozes da África;
- e) Expo BIA
- f) Projetos oficiais da Secretaria de Educação: Ciência em Foco Se Liga e Acelera.

A avaliação da aprendizagem ocorre de maneira formativa, diagnóstica e processual. A escola possui cinco coordenadores que acompanham o trabalho dos (cinquenta e cinco) professores e ainda desenvolve projetos interdisciplinares que propõem ações que visam o respeito à diversidade e o combate às discriminações raciais, econômicas, sociais, religiosas e sexistas.

### **3.2. Contexto da Pesquisa**

Foi construída uma lista, na qual as professoras convidadas a participar da pesquisa colocavam nome, telefone e endereço eletrônico assim como horário disponível para a entrevista. Nessa escola os participantes da pesquisa foram 4 professoras, 1 coordenadora pedagógica, 1 professora da Sala de Recursos, 1 professora da sala de Apoio à Aprendizagem e 1 membro da Direção Escolar, que concordaram em participar da entrevista com perguntas destinadas a cada cargo ou função.

A Escola Paulo Freire é inclusiva e atende crianças com deficiência física e mental. Assim todas as professoras entrevistadas tinham na época da pesquisa,

crianças com necessidades educativas especiais (ANEEs), incluídas em sala de aula. O quadro (1) resume o perfil das participantes dessa escola. O nome dos participantes é fictício.

**Quadro 3 - Regente da Escola Paulo Freire**

NOME	IDADE	TEMPO NA EDUCAÇÃO	TEMPO NA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL	IDADE DOS ALUNOS	NUMERO DE ALUNOS
Karla	39 anos	9 anos	6 anos	7 e 8 anos	15/3 ANEEs
Sonia	37 anos	16 anos	14 anos	6 anos	15/3 ANEES
Patrícia	24 anos	9 anos	6 anos	9 a 11 anos	15/3 ANEEs
Marta	56 anos	36 anos	2 anos	9 a 11 anos	15/3 ANEEs

**Quadro 4 – Profissionais da Escola Paulo Freire**

NOME	IDADE	TEMPO NA EDUCAÇÃO	TEMPO NA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL
Mariana (Coordenadora)	50 anos	12 anos	10 anos
Clara (Apoio à Aprendizagem)	43 anos	9 anos	2 anos
Heloisa (Sala de Recursos)	44 anos	23 anos	7 anos
Queila (Vice-diretora)	36 anos	18 anos	13 anos

### **3.3. Materiais**

Foram utilizados os seguintes materiais:

- câmera digital para gravação de áudio e vídeo;
- formulário com as perguntas da entrevista;
- computador
- DVD
- Pendrive

### **3.4. Instrumentos para a Coleta de Dados**

As informações sobre a caracterização da escola foram coletadas do Projeto Político Pedagógico da instituição para contextualizá-la. As questões da entrevista realizada contaram com perguntas abertas em que os participantes não precisaram se identificar, apenas escrever a sua identificação de cargo e/ou função que ocupam na escola, formação acadêmica, tempo na educação, idade, idade dos alunos e número de alunos (se professor) coordenador ou membro da sala de Recursos e sala de Apoio à Aprendizagem e direção (roteiro da entrevista para professores – Apêndice 1 e roteiro da entrevista para os demais profissionais da educação – Apêndice 2).

### **3.5. Procedimentos para a Coleta de Dados**

Após a autorização da pesquisa para Coleta de Dados fornecida pela Universidade Aberta do Brasil – Universidade de Brasília (UAB/UnB), por meio da Professora Dr<sup>a</sup> Diva Albuquerque Maciel – Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, foi marcada entrevista com a diretora da Escola Paulo Freire, que demonstrou muita receptividade, autorizou a pesquisa, assinou o Termo de Ciência da Instituição e, ainda, se dispôs a dar entrevista. Nessa oportunidade, aproveitamos para explicar com maiores detalhes o trabalho acadêmico a ser realizado na pesquisa.

As informações obtidas pela leitura do Projeto Político Pedagógico da escola referem-se ao seu histórico; os fundamentos norteadores da prática educativa; a missão e os objetivos educacionais; a organização administrativa e pedagógica; as bases curriculares e projetos desenvolvidos para dar significação às aprendizagens; a socialização dos alunos; o reforço escolar e melhor desempenho cognitivo dos estudantes.

As entrevistas foram realizadas na própria escola e em ambiente reservado e tranquilo, com professores que se dispuseram a participar de forma anônima e voluntária.

### **3.6. Procedimentos Éticos da Pesquisa**

Em relação aos procedimentos éticos da pesquisa, foram adotados os seguintes posicionamentos:

- 1) Entrega da carta de apresentação, fornecida pela UnB, para a pesquisa à Direção da Escola escolhida como objeto de estudo (Anexo 1);
- 2) Recolhimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido com respectiva autorização da diretora, por escrito para a pesquisa na Instituição Escolar; (Anexo 2).
- 3) Recolhimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado pelos participantes voluntários da pesquisa (Anexo 3).

## **4 – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

A descrição dos profissionais da Escola Paulo Freire está no quadro síntese abaixo:



**Quadro (5) - Escola Paulo Freire**

NOME	IDADE	TEMPO NA EDUCAÇÃO	TEMPO NA SEDF	TEMPO NA INSTITUIÇÃO EDUCAIONAL	CURSO PARA ANEEs
Karla	39 anos	9 anos	2 anos	6 anos	Deficiência Mental e Física
Sonia	37 anos	16 anos	14 anos	14 anos	Não possui
Patrícia	24 anos	9 anos	7 anos	6 anos	Estimulação Precoce
Marta	56 anos	36 anos	36 anos	2 anos	Cap. Para profº na área de DM
Mariana (coordenadora)	50 anos	12 anos	13 anos	10 anos	Não possui
Clara (Apoio à Aprendizagem)	43 anos	9 anos	2anos	2 anos	Pedagogia com Hab. em Educ. Especial
Heloisa (Sala de Recursos)	44 anos	23 anos	9 anos	7 anos	TGD, Ed. Inclusiva, PEI I e II
Queila (Vice- diretora)	35 anos	18 anos	13 anos	10 anos	Não possui

As entrevistas foram transcritas e analisadas qualitativamente. A seguir, são apresentas as perguntas do roteiro semi-estruturado e a análise das respostas para cada questão.

**1 - Como você entende inclusão hoje? Concorde com a idéia de que a escola deve ser um espaço inclusivo? Por quê?**

*...a inclusão é como um movimento de mão dupla, onde a escola procura se adequar para acolher o aluno que tenha uma necessidade específica e o aluno também se esforça dentro de suas limitações para corresponder a todas as propostas de aprendizagem... (Clara).*

*... é preciso que o professor seja preparado, e que os profissionais de todas as áreas tomem conhecimento dessa inclusão para superar os problemas com sucesso. (Marta).*

*... as crianças não tem espaço adequado conforme as necessidades delas, temos os monitores, mas não o suficiente... têm muitos cursos oferecidos pela Secretaria de Educação, mas muitas vezes o professor não está disponível para fazer aquele determinado curso...(Sonia).*

*... hoje, já temos uma visão ampla que a criança dentro da escola... tem um espaço garantido e tem condições de participar de questões sociais, cultural, afetiva e cognitiva...(Heloisa).*

*... essa escola por exemplo, não é totalmente adaptada, pois tem a escada e nem todos podem ter acesso a toda a escola (Patrícia).*

*.... a inclusão é o caminho mais fácil talvez para que a criança se insira na sociedade com chance de sucesso... (Mariana).*

*... a inclusão hoje é uma necessidade... (Karla).*

*Sim. A escola deve ser um local de inclusão, antes porém é necessário preparar os professores (inclusive porteiros, merendeiros, técnicos administrativos ..., além de professores) e o ambiente para receber os alunos inclusos. (Queila)*

Ao analisar a resposta dessa questão, percebe-se que todos os participantes entendem a inclusão como uma realidade necessária, sendo responsabilidade da

escola ter esse espaço inclusivo. Os participantes têm consciência de que a inclusão é uma iniciativa positiva, dando o primeiro passo para que a criança com necessidades educacionais especiais (ANEEs) tenha oportunidade de inserção social. Entretanto, todos entendem para que isso ocorra é preciso que a escola funcione com responsabilidade e todos trabalhem em cooperação. De acordo com Mantoan (2006).

Tanto as escolas especiais quanto as comuns precisam-se reorganizar e melhorar o atendimento que dispensam a seus alunos. Precisamos lutar por essas mudanças e por movimentos que têm como fim virar essas escolas do avesso. Ambas precisam sair do comodismo em que se encontram, e a inclusão, especialmente quando se trata de alunos com deficiência, é o grande mote para empreender essa reviravolta. (p. 27)

Nesse sentido, a realidade educacional é um processo de mudança que conduz progressivamente o aluno ANEE a uma participação maior para formas mais completas de integração. Esse processo de mudança deve tornar possível as transformações no funcionamento da escola e na prática educativa na sala de aula que possam permitir aos alunos com necessidades educativas especiais ter acesso ao currículo em um ambiente integrador.

Hoje, a escola já tem outra visão sobre a inclusão, pois esse é um tema abordado com frequência entre os profissionais da educação. A escola vem apresentando um espaço garantido a essas crianças com necessidades educacionais especiais (ANEEs), nesse sentido Coelho (2010) diz que: “a inclusão é um termo no mínimo interessante. Como em um discurso invertido na novilíngua orwelliana, inclusão pressupõe exclusão, já que só pode ser incluído quem é ou está apartado”. (p.57).

**2 - O que a sua escola tem feito para garantir o acesso e a permanência do aluno portador de deficiência? Como esse trabalho poderia ser melhorado, em sua opinião? Que sugestões você daria à direção da escola para melhorar a adaptação e inclusão do aluno portador de deficiência?**

*Temos aqui na escola a Equipe de Apoio e Sala de Recursos que trabalha especificamente com alunos ANEEs... a gente se reúne com os professores...*

*explica quais as possibilidades de se trabalhar com esse aluno... para ser compreendido e atendido dentro de suas necessidades específicas.(Clara).*

*Tem procurado adaptar a escola, o ambiente, ou seja, os banheiros, as salas de aula procurando um mobiliário que atenda, têm a equipe de Apoio que ajuda e reivindica melhores condições... (Sonia)*

*A gestão tem participado de tudo... e nos auxilia bastante ... fazemos adequação curricular de grande e pequeno porte... sendo uma das formas para ter a permanência. Tem a Sala de Recurso que cuida de toda a documentação que viabiliza o acesso dessa criança à escola e junto a Sala de Recurso a gente tem a família e a comunidade escolar que tem grande peso nisso tudo. (Heloisa).*

*... mas a escola não é totalmente adaptada para estar recebendo essas crianças... (Patrícia).*

*Nossa escola tem a tradição de atender a alunos ANEEs... a matrícula é garantida por Lei... a maior dificuldade aqui são as barreiras arquitetônicas e é preciso que a Secretaria de Educação encare essa escola como inclusiva e proceda as reformas necessárias... (Mariana).*

*Disponibiliza salas térreas aos cadeirantes, sensibiliza pais e alunos quanto à receptividade com os ANEEs e planeja atividades acessíveis a todos. Falta, porém, instalações físicas adequadas e maior preparo de nós funcionários. Políticas sérias e que atendam cada realidade de forma específica são bem vindas. (Queila)*

Analisando as respostas da questão acima, observa-se que a equipe está atenta às necessidades físicas da escola, como relataram Mariana, Queila e Patrícia, para conseguir atender plenamente às necessidades das crianças portadoras de necessidades especiais ou não, afinal, melhorias na estrutura da escola beneficiam todos os alunos. Precisam-se eliminar as barreiras arquitetônicas da escola, para que o aluno tenha pleno acesso à informação e possa interagir com seus colegas. É necessário ainda, distribuir melhor os espaços, ter condições adequadas de luminosidade, construção de fraldários, adquirir equipamentos e

suportes técnicos como: tabuleiro de sistema de comunicação, emuladores de teclado e adaptações simples como: incorporar ímas em quebra-cabeças e alfabeto móvel de forma que a criança possa trabalhar com uma prancheta metálica, aumentar a espessura dos lápis e talheres com fita adesiva e etc. De acordo com Ana Beatriz Teixeira Lumatti:

Para que o ambiente da escola seja acessível, é preciso que as pessoas com deficiência, inclusive aquelas que usam cadeiras, possam usar o mobiliário (cadeiras, mesas, balcões, bebedouros, quadros de avisos, equipamentos e etc.), se movimentar por todo o edifício (entrada principal, salas de aula, sanitários, pátios, quadras, parque, bibliotecas, laboratórios, lanchonetes, e pela vizinhança. Isso significa que devemos observar também como está o lado de fora da escola. Olhe se há guias rebaixadas para pessoas em cadeira de rodas, travessia de pedestres sinalizada, semáforo sonoro para cegos, pontos de ônibus que permitam o embarque seguro e calçadas e livres de canteiros de flores, postes, caixas de correio, orelhões e bancas de jornal mal posicionadas. Muitas vezes nem percebemos, mas estes obstáculos podem representar uma verdadeira “olimpíada” para as pessoas com deficiência. É claro que isto é o ideal e nossa realidade está muito longe de atingi-lo. No entanto, não significa que você deve desistir de buscar o que for possível para o seu aluno. Até porque, num ambiente onde, pessoas em cadeiras de rodas ou pessoas cegas e surdas circulam de maneira autônoma e segura, todos se beneficiam porque se locomovem com menos esforço e mais conforto. ([www.saci.org.br/pub/livroeducincl/redesacieducincl.html](http://www.saci.org.br/pub/livroeducincl/redesacieducincl.html)).

Além das adaptações arquitetônicas na escola relatam as professoras Sonia e Patricia, pensam que é importante o direcionamento da Sala de Apoio e Recursos com a atenção especificamente voltada aos alunos com necessidades educacionais especiais, que visa dar a esses alunos possibilidade de serem compreendidos e atendidos dentro de suas necessidades específicas, sabendo que eles (alunos) não trazem só uma necessidade especial e sim, ele é um ser único que traz em si a sua história de vida.

### **3 - Qual o perfil profissional que um professor deve ter para trabalhar com turmas inclusivas?**

*O professor deve estar bem informado sobre o que é inclusão, e mais do que isso, ele deve estar consciente, porque é uma mudança de paradigma a proposta da inclusão... todos são capazes de aprender, mas cada um no seu ritmo, cada um no seu tempo, na sua especificidade.(Clara).*

*.... ser um pesquisador... procurar conhecer cada tipo de inclusão... (Marta).*

*... ter sensibilidade e perceber se ele (professor) tem condições psicológica e física para atender essa necessidade... buscar a interação coordenação, assistência dos profissionais da Sala de Recursos e Direção, procurando integrar a criança...(Sonia).*

*... tem que ser um professor tranqüilo, que acredita no outro, que se coloca no lugar do outro e que se preocupa em buscar alternativas... (Heloisa).*

*... tem que ter carinho...(Patrícia)*

*.. além do conhecimento técnico... ele precisa ter paciência, não pode ser uma pessoa ansiosa, porque essa criança (ANEE) na maioria das vezes não vai dar uma resposta no mesmo tempo que as outras...(Mariana).*

*Tem que gostar, porque a pessoa pode até ter formação acadêmica, mas se ela não gostar, não conseguirá desenvolver um bom trabalho, tem que abraçar essa causa e procurar desenvolver o melhor trabalho possível. (Karla).*

*É imprescindível gostar de desafios, e mais do que isso, é preciso estar preparado para lidar com a especificidade do trabalho. (Queila)*

Assim, observa-se que fatores emocionais estão diretamente relacionados à atuação profissional, ou seja, além do conhecimento técnico, os professores para trabalharem com crianças portadoras de necessidades especiais devem se identificar com as demandas dos alunos e dos pais. Sem dúvida, a criança com necessidades educacionais especiais necessita de um maior envolvimento, precisa ser enxergada como um todo, vislumbrando todas as dimensões: motora, afetiva, cognitiva e a relação entre essas dimensões que as compõem. Nesse sentido Magalhães (2006) diz que:

Na prática da educação inclusiva, cabe ao professor se comunicar com crianças que, por vezes, não podem ouvir, ou ver, ou não conseguem expressar-se através da palavra falada, ou escrita. O que ocorrerá, muitas

vezes, é um diálogo tônico-emocional que abre as portas para os vínculos que permitem o aprendizado de conteúdos. Ao não se reconhecer na condição de pessoa completa, com um corpo que sente, pensa e se expressa, o educador dificilmente enxergará no outro - o aluno, especialmente naqueles que apresentam NEE – possibilidades, que se mostram de forma, por vezes, diversas das convencionais. (p. 8)

**4 – O que você acha das adaptações curriculares realizadas com o objetivo de atender às necessidades educacionais dos alunos com deficiências? Acha que essas adaptações beneficiam todos os alunos? Por favor, justifique e dê exemplos.**

*... posso dizer que adequação curricular vem para apoiar esse aluno que tem seu tempo específico, seu ritmo, valorizando as qualidades, as capacidades desse aluno em aprender, e todos os alunos tem a capacidade de aprender... (Clara).*

*Percebo que as adaptações curriculares respeitam o ritmo do aluno. (Marta).*

*Vejo a adaptação curricular como trabalhar aquilo que realmente é de suma importância para aquele aluno, visando à aprendizagem para a vida... (Patrícia).*

*... uma necessidade para que o aluno ANEE atinja os objetivos básicos, por exemplo: ele não tem que diferenciar o que é um texto narrativo ou uma dissertação, basta que ele saiba se comunicar através de um texto: bilhete, convite, poesia... (Mariana).*

*Acredito que as adaptações curriculares são indispensáveis e devem ser feitas para cada aluno, da forma individual possível. (Queila)*

Percebe-se que as professoras são unânimes em entender as adaptações curriculares como uma necessidade para se atingir os objetivos propostos com alunos ANEEs, como foi mencionado pelas por elas, é necessário que essas adaptações curriculares sejam individualizadas. Rosa Blanco (2004) diz que:

Podem ser entendidas como um processo de tomada de decisões, cujo objetivo é ajustar e completar o currículo comum de modo a responder às necessidades educativas especiais dos alunos e conseguir seu máximo desenvolvimento pessoal e social. (p. 296).

E complementa “vale lembrar, que as adaptações curriculares não se restringem apenas aos alunos que apresentam algum tipo de deficiência, mas podem ser requeridas por muitos outros que, por suas condições de desenvolvimento pessoal e por sua experiência educacional, apresentam dificuldades de aprendizagem, defasagens com relação ao currículo correspondente à sua idade” (p.297). Isso supõe que se deve decidir após um processo de avaliação psicopedagógica ou interdisciplinar do aluno em interação com o contexto que fundamenta a necessidade de realizá-lo.

No currículo da Educação Básica do Distrito Federal (2008) diz que: “conforme previsto na Resolução CNE/CEB nº 02/2001 e no Parecer CNE/CEB nº 17/2001, que a embasa, dentre seus princípios, encontra-se o que estabelece que a consciência do direito de constituir uma identidade própria e do reconhecimento da identidade do outro se traduz no direito à igualdade e no respeito às diferenças, assegurando oportunidades diferenciadas, tantas quantas forem necessárias, com vistas à busca da igualdade. O princípio da equidade reconhece a diferença e a necessidade de haver condições diferenciadas para o processo educacional. Para tal finalidade, ao organizar o atendimento na rede regular de ensino, deve-se observar o previsto na Resolução CEDF nº 01/2009, em seu artigo 44, conforme segue:

**Art. 44** - A estrutura do currículo e da proposta pedagógica, para atender às especificidades dos estudantes com necessidades educacionais especiais deve observar a necessidade de constante revisão e adequação da prática pedagógica nos seguintes aspectos:

I – introdução ou eliminação de conteúdos, considerando a condição individual do estudante;

II – modificação metodológica dos procedimentos, da organização didática e da introdução de métodos;

III – temporalidade com a flexibilização do tempo para realizar as atividades e desenvolvimento de conteúdos;

IV – avaliação e promoção com critérios diferenciados, em consonância com a proposta pedagógica da instituição educacional, respeitada a frequência obrigatória.

**Parágrafo único.** Os estudantes de classes especiais ou centros especializados devem ser constantemente acompanhados com vistas a sua inclusão no ensino regular. (p.169)



Nessa perspectiva, as adequações curriculares são compreendidas como medidas pedagógicas diferenciadas voltadas a favorecer a escolarização baseadas no currículo regular e por meio de formas progressivas de adequação, a fim de nortear a organização do trabalho de acordo com as necessidades do/da estudante.

**5 - A sua formação profissional atende ao modelo de educação inclusiva proposto? Que cursos da área você possui? Foram suficientes? Como poderiam ser melhorados.**

*Minha formação é construtivista, progressista com habilitação em educação especial. Pós-graduação em Psicopedagogia que dá o suporte que eu necessito... (Clara).*

*Em parte. Possuo cursos na área, mas ainda acho pouco... (Marta).*

*Não possuo nenhum curso... a gente vai aprendendo... (Sonia).*

*Na verdade fiz o curso ligado a Estimulação Precoce com Alunos com Necessidades Educativas Especiais... (Patrícia).*

*Não. O período em que trabalhei com turmas inclusivas, agi de acordo com o conhecimento na área de pedagogia que já possuo. Porém, em relação aos alunos ANEEs, na verdade foi na base do ensaio e erro. Pesquisei, observei e tentei ser a mediadora que meus alunos precisavam... (Mariana).*

*Atende, pois fiz vários cursos na área de Deficiência Mental, além da Pós Graduação em Inclusão... mas, creio que a gente tem muito o que buscar... (Karla).*

*A minha formação não atende ao modelo de educação inclusiva. Quando surge uma situação que os envolve (ANEEs), resolvo acho que instintivamente, fico insegura sem saber se deveria ou não agir daquela forma... às vezes leio, principalmente quando aparece uma situação/caso na escola. (Queila).*

O Artigo 58, III da Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9394/96) prevê “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns”. Sobre essa legislação Mantoan diz que:

Destaque-se que essa lei admite formação em nível médio, contrariando a orientação geral para o magistério, a qual tem estimulado ou exigido a formação no ensino superior. Segundo Sousa e Pietro (2002, p. 131) “tal constatação causa estranheza quando se trata da formação de um profissional que, para além do domínio de habilidades exigidas para o exercício profissional no ensino comum, deverá ter qualificação para concretizar o especial da educação”... A formação continuada do professor deve ser um compromisso dos sistemas de ensino comprometidos com a qualidade do ensino que, nessa perspectiva, devem assegurar que sejam aptos a elaborar e a implantar novas propostas e práticas de ensino para responder às características de seus alunos, incluindo aquelas evidenciadas pelos alunos com necessidades educacionais especiais.

Muitos são os cursos oferecidos pela Secretaria de Educação, (ver quadro 1 – Cursos oferecidos na área de Educação Inclusiva – p.). Apesar dessa oferta de cursos destinados aos professores com interesse na área de inclusão, entende-se que alguns são restritivos na medida em que são dirigidos apenas para profissionais efetivos da Secretaria de Educação. Atualmente são muitos os professores de contrato temporário que atuam com ANEEs. O fato de serem ministrados somente nas dependências da EAPE (Asa Sul – Plano Piloto), também impede muitos educadores de frequentá-los devido à distância. Seria interessante se esses cursos fossem distribuídos entre as várias Regionais de Ensino descentralizando-os.

O trabalho a ser realizado com crianças especiais, exige do professor paciência, compreensão e encorajamento, para auxiliar o aluno a reconhecer sua dificuldade e lutar para vencê-la. Nesse momento, a atualização e formação do professor se tornam importantes, pois somente o educador comprometido e com saber técnico será capaz de adotar uma postura adequada frente aos diversos casos encontrados em sala de aula. A troca de ação entre educador e o aluno com dificuldade de aprendizagem gera a reciprocidade de conhecimentos e tanto um quanto o outro acaba aprendendo juntos e o processo de aprendizagem surte um efeito positivo.

A partir dessa questão, apenas os professores regentes responderam.

**6 – No início do ano letivo, os professores se reúnem em Coordenação Pedagógica, para reverem a Proposta Pedagógica, e decidir sobre a distribuição de turmas entre professores. O que levou você a escolher uma turma de integração inversa? Como foi esse processo? Como tem sido trabalhar com esta turma?**

*Vejo que o professor não tem opção. (Marta).*

*Diante das turmas disponíveis para escolha, na verdade eu é que fui escolhida, pois não havia mais nenhuma opção, dentro das turmas de minha preferência, ou seja, alfabetização. Essa foi a primeira experiência que tive com alunos de integração inversa... tive meus medos, mas agora no término do ano posso concluir que foi prazeroso, quebrei muitos tabus... minha visão agora é diferente... foi uma experiência maravilhosa... pude perceber que sou capaz de desenvolver um trabalho com essas crianças e que elas tem um potencial... e cada um a seu modo tem condições de desenvolver... (Sonia).*

*Na realidade eu caí de pára-quedas... e aproveitei a oportunidade para encarar um novo desafio...(Patrícia).*

*A paixão pelo meu trabalho. Eu gosto, já venho desenvolvendo o trabalho com crianças especiais a um bom tempo. Como também possuo deficiência visual, me apaixonei por esse trabalho com essas crianças e lá me encontrei. (Karla)*

Segundo as professoras Marta, Sonia e Patrícia estarem em turmas de integração inversa foi fruto da falta de opção. A distribuição das turmas é feita de acordo com a pontuação que cada profissional atinge. Como tiveram baixa pontuação foram obrigadas a escolher turmas remanescentes, no caso, as inclusivas.

Apenas a professora Karla escolheu trabalhar com ANEEs, transmitindo em sua fala a toda a segurança em seu depoimento, visto que a mesma dá ênfase à

importância de sua participação e colaboração de seu trabalho para com as crianças ANEEs sendo desta forma, uma opção pessoal e também por ela ter baixa visão e se identificar com esse público. Além disso, a professora possui vários cursos na área e sente-se segura em desenvolver sua prática pedagógica com alunos deficientes.

Wallon (1995) salienta a importância do aspecto afetivo anterior a qualquer tipo de comportamento, pois o mundo das emoções, mais tarde, dará origem ao mundo das interpretações (apud Oliveira, 2005, p.38). E é a exteriorização da afetividade, constituída essencialmente em sistemas de atitudes, que, para cada uma, correspondem a uma determinada espécie de situação:

[...] Os primeiros sistemas de reações organizados sob a influência do ambiente, as emoções, tendem não somente a realizar, por meio de manifestações consoantes e contagiosas, uma fusão de sensibilidades entre o indivíduo e os que o cercam. Elas podem sem dúvida, ser encaradas como a origem da consciência, porque, pelo jogo de atitudes determinadas, elas exprimem e fixam para o próprio sujeito certas disposições específicas de sua sensibilidade. Porém, elas só constituem o ponto de partida da sua consciência pessoal por intermédio do grupo onde elas começam por fundi-lo e do qual receberá as fórmulas diferenciadas de ação e os instrumentos intelectuais sem os quais ser-lhe-ia impossível operar as distinções e as classificações necessárias ao conhecimento das coisas e dele mesmo.(p. 276-7)

**7- Você tem alunos com deficiência(s) e/ou altas habilidades que dispensam quaisquer medidas de adaptação curricular? Como trabalha com esses alunos no geral?**

*Sim, pois se trata apenas de deficiência física (Marta).*

*Tenho um aluno deficiente físico e seu cognitivo é preservado, sendo portador de paralisia cerebral, mas tem dificuldade motora na escrita. Trabalho com fichas de leitura, ele faz as atividade igual a dos colegas, mas na avaliação ele a faz oralmente e eu a escrevo. (Sonia).*

*Tenho. Porque o cognitivo dele é preservado, tenho que estar muito atenta... pois, se torna um aluno muito lento ou as vezes apático por querer apoiar na sua dificuldade. (Patrícia).*

*Tenho, pois ele tem apenas uma deficiência física e o cognitivo é preservado e consegue acompanhar tranquilamente o ritmo da turma. (Karla).*

Diante das respostas obtidas, percebe-se que alguns não necessitam de adaptações curriculares, porém é preciso adaptação do material didático e objetos de uso diário, bem como as adaptações arquitetônicas.

## **8 - Com quais dificuldades você se depara em seu cotidiano escolar com turma de integração inversa? Pode apontar soluções?**

*Material didático... oficina para a construção dos mesmos. (Marta).*

*... ambiente... mobiliário necessário... o número de monitores insuficiente. (Sonia).*

*... quanto à aprendizagem eles não tem muita dificuldade, mas de vez em quando posso perceber um pouco de preconceito. (Patrícia)*

*... os outros alunos deveriam estar num nível que facilitasse o trabalho do professor... esse ano tive várias crianças em níveis bem fracos... tive que me desdobrar... criança que não estava no nível silábico ainda... nessas turmas de integração inversa os alunos deveriam estar pelo menos no nível silábico... (Karla).*

Segundo Lumatti (2008):

Os alunos com deficiência geralmente usam os mesmos recursos materiais que os demais alunos. Existem, no entanto, adaptações que podem ser necessárias para facilitar a realização de atividades para quem possui alguma limitação motora, sensorial ou cognitiva. Esses recursos são caros para a maioria das pessoas com deficiência. É aí que entra a criatividade da professora que engrossa o lápis com fita adesiva para que o aluno possa segurá-lo melhor e, sem saber, também está fazendo tecnologia assistiva... Confie na sua criatividade, no seu bom senso e, principalmente, na opinião do aluno. Se não conseguir resolver a dificuldade, talvez seja interessante buscar a opinião de profissionais da área de reabilitação ou especializados em educação de crianças com deficiência.  
([www.saci.org.br/pub/livro\\_educ\\_incl/redesaci\\_educ\\_incl.html](http://www.saci.org.br/pub/livro_educ_incl/redesaci_educ_incl.html))

Muitas são as dificuldades encontradas pelas professoras, em relação à material disponibilizado na própria instituição educacional como: mobiliário adequado à necessidade específica da criança; os outros alunos não apresentam um nível razoável de aprendizagem na turma de alunos especiais, tornando assim mais difícil ainda a atuação do professor, pois terá que se desdobrar para dar atenção ao aluno que realmente necessita, com isso o professor se sente exausto e muitos deles até adoecem; ainda é preciso melhorar a infra-estrutura da escola, sendo necessário adaptações que possam realmente fazer a diferença.

A Escola Paulo Freire não está adaptada para atender alunos com necessidades especiais, sua estrutura arquitetônica em blocos de cimento e ferro dificulta a nas salas, além de ter salas no andar superior, a escada impossibilita acesso a toda a escola (sala de leitura, sala de vídeo). Nem todos os brinquedos do parquinho são seguros para as crianças com alguma dificuldade motora.

#### **9 - Que procedimentos pedagógicos você tem adotado para mediar a construção do conhecimento dos alunos ANEEs?**

*Temos que diversificar bastante as atividades em sala de aula para que o aluno ANEEs possa de alguma forma construir seu conhecimento com jogos pedagógicos, alfabeto móvel, adaptação de atividades... pois o aluno tem muita dificuldade motora, trabalho muito com o cartão conflito, sílabas móveis, livrinhos para leitura, atividades com massinha, jogos de encaixe... (Sonia).*

*Por apresentarem dificuldade no relacionamento (brincadeira indevida ligadas a preconceito trabalhou com atividades em grupos diversificados em que um procurasse apoiar o outro...). (Patrícia).*

*Muita conversa informal, trabalho com material concreto sempre em grupos diversificados diariamente, atividades coletivas dentro e fora da sala de aula, atividades adaptadas às necessidades dos alunos ANEEs, desenho, recorte e colagem, pesquisa em revistas dentro de suas possibilidades... (Karla).*

De acordo com as respostas obtidas, os professores salientam a necessidade de uma relação dialógica e afetiva com seus alunos, além da exigência de profissionais formados e qualificados, abertos às mudanças, interessados e seguros, pois o professor se torna agente fundamental. Assim podem-se definir algumas habilidades do professor de educação especial: Compreensão das características da criança especial, bem como do currículo e relacioná-lo com as necessidades do aluno; seleção, elaboração e uso de materiais adequados do trabalho a ser realizado; atualização profissional; iniciativa e autonomia.

Por outro lado, o professor precisa-se contar com o apoio de uma equipe especializada de atendimento (médicos, terapeutas, especialistas) e também, com os profissionais da sala de recursos, que poderão apoiar e dar suporte com vistas a realizar o seu trabalho de maneira adequada.

O profissional da sala de recursos deverá cuidar para que os professores recebam materiais adequados às várias necessidades de seus alunos e estimular para que as atividades sejam realizadas de acordo com as adaptações curriculares, e fazer uso de material concreto. Também é importante que o professor consiga conquistar a confiança do aluno, ajudando-o a se considerar capaz de aprender, de atuar em sociedade e de construir seus conhecimentos com autonomia.

#### **Quadro 6 – Dificuldades encontradas pelos professores nas turmas inclusivas**

Mobiliário para atender as necessidades específicas das crianças.
Adaptação na estrutura arquitetônica das escolas inclusivas.
Número insuficiente de monitores.
Dificuldade de relacionamento provocando o preconceito entre os próprios alunos.

Os outros alunos que também têm problemas de aprendizagem.
Material didático para atender a necessidade específica da criança.

**Quadro 7 – Estratégias utilizadas pelos professores que possibilitam a inserção educacional dos ANEEs**

Preparo técnico e acadêmico, além de envolvimento emocional com as necessidades dos alunos.
Construção do conhecimento por meio de jogos pedagógicos, cartão conflito, alfabeto e sílabas móveis, livrinhos para leitura, atividades com massinha, jogos de encaixe, etc.
Adaptar as atividades para atender a cada necessidade
Atividades dirigidas em grupos diversificados dentro e fora de sala de aula

## **5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O objetivo geral dessa pesquisa era: compreender como se realiza o processo de inclusão de Alunos com Necessidades Especiais (ANEEs) numa escola pública de Santa Maria – DF para se refletir sobre como esse processo pode ser ampliado/melhorado.

O primeiro objetivo específico era: identificar as dificuldades encontradas pelos professores, no cotidiano escolar em relação ao processo ensino/aprendizagem dos Alunos com Necessidades Educacionais Especiais (ANEES). As professoras citaram vários obstáculos encontrados no dia a dia na escola: mobiliário para atender as necessidades específicas das crianças; adaptação na estrutura arquitetônica das escolas inclusivas; número insuficiente de monitores; dificuldade de relacionamento provocando o preconceito entre os próprios alunos; outros alunos que também têm problemas de aprendizagem; material didático para atender a necessidade específica da criança.



Os condicionamentos orgânicos, socioculturais e psíquicos, que estão associados a vários tipos de deficiências ou até mesmo a influência desses fatores podem influenciar o sucesso ou insucesso desses alunos. Quando se fala em necessidades educacionais especiais, trata-se das dificuldades específicas dos alunos, no intuito de focar não a dificuldade do aluno em si, mas que resposta a escola pode oferecer a cada um, para promover a aprendizagem pretendida.

Outro objetivo específico era: compreender as estratégias utilizadas pelos professores dos Alunos com Necessidades Educacionais Especiais (ANEES) que possibilitam, com maior sucesso, a inserção educacional e social dessas crianças. As professoras citaram: preparo técnico e acadêmico, além de envolvimento emocional com as necessidades dos alunos; construção do conhecimento por meio de jogos pedagógicos, cartão conflito, alfabeto e sílabas móveis, livrinhos para leitura, atividades com massinha, jogos de encaixe, etc; adaptar as atividades para atender a cada necessidade; atividades dirigidas em grupos diversificados dentro e fora de sala de aula.

A constituição do “ser professor” se dá em duas dimensões: a pessoal, em que o educador traz para a escola sua própria história, suas crenças, suas vontades e suas especificidades. A outra dimensão é a profissional que se obtém por meio de cursos de formação e capacitação, nas coordenações pedagógicas em que o professor tem a possibilidade de trocar experiências com seus pares e no cotidiano escolar na relação com seus alunos.

Em vários relatos percebe-se que a experiência docente é adquirida no dia a dia em sala de aula e o professor por vezes usa estratégias pedagógicas, de forma intuitiva para atender e transformar o aprendizado dos alunos, gerando ansiedade e insegurança nesses profissionais.

Com o que foi exposto nesse trabalho, pode-se observar que a Inclusão está sendo aceita cada vez mais nas escolas públicas do Distrito Federal. Apesar de inúmeros esforços por parte dos profissionais ainda há uma enorme barreira que impede a inserção total de crianças com necessidades especiais na sociedade. No entanto é preciso entender a inclusão dos ANEEs como uma ação positiva que democratiza e humaniza os espaços escolares.

A instituição escolar ao mesmo tempo em que reflete a sociedade na qual está inserida, poderá transformá-la. O grande desafio é extrapolar os muros que a circundam, no sentido de fazer com que a educação auxilie no processo das urgentes mudanças que se fazem necessárias no mundo atual. É imprescindível uma pedagogia emancipatória<sup>8</sup> e libertadora que supere o pessimismo e o imobilismo e rompa paradigmas conservadores e discriminatórios.

## Referências

\_\_\_\_\_. A Integração social dos portadores de deficiências: Uma reflexão. Rio de Janeiro. Ed. Agir, 1995.

\_\_\_\_\_. Aprendizagem. Portal de Educação. Disponível: <http://pt.wikipedia.org/wiki/> Acesso em 22 de outubro de 2010.

\_\_\_\_\_. Associação Psiquiátrica Americana - APA. Manual de Diagnóstico e de Estatística das Perturbações Mentais - DSM-IV. Porto Alegre: ARTMED, 2003.

**BAUTISTA**, Rafael (coord.) Deficiências Associadas: características, tipos e etiologias. In: Necessidades Educacionais Especiais. Lisboa. Dinalivros, 1997.

\_\_\_\_\_. BRASIL, Constituição Federal, Art. 205, Cap. II, Seção I. 1998.

**BRASIL**, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27-833.

\_\_\_\_\_. BRASIL – MEC/ Conselho de Educação Especial. Diretrizes Nacionais para a educação especial na educação básica, 2001.

\_\_\_\_\_. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Disponível: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em 10 de novembro 2010.

**CARRAHER**. Terezinha Nunes, David William Carraher, Ana Lúcia Browne Rego, José Maurício de Figueiredo Lima. Aprender pensando. Contribuições da Psicologia Cognitiva para a Educação, 16ª edição, Ed. Vozes, Ltda, 2002.

\_\_\_\_\_ Centro de Ensino Superior do Brasil – Instituto de Ciências Sociais e Humanas – Curso de deficiências Múltiplas, Valparaíso - GO. (2002, p. 18 a 25).

\_\_\_\_\_ Declaração de Salamanca - Conferência de 10 de junho de 1994. Declaração de Linhas de Ações sobre necessidades Educativas Especiais, Brasília, 1994.

**DE OLIVEIRA, M. K.** O conceito na zona de desenvolvimento proximal. Vygotsky - Aprendizado e desenvolvimento, um processo sócio-histórico. São Paulo: Editora Scipione, 1995, p. 58 a 65.

\_\_\_\_\_ Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar. Celeste Azulay Kelman [et al]; Coordenação de Diva Albuquerque e Silvine Barbato. Brasília. Ed. UnB, 2010.

\_\_\_\_\_ Desenvolvimento Psicológico e Educação/organizado por César Coll, Álvaro Machesi e Jesús Palacios; trad.Fátima Murad – 2ª ed.- Porto Alegre: Artmed, 2004, 3 v.

\_\_\_\_\_ Dificuldades de Aprendizagem. Portal de educação. Disponível: <http://wikipedia.aenciclopedialivre.org>. Acesso em 15 de outubro de 2010.

\_\_\_\_\_ Educação Inclusiva: O que a professora tem a ver com isso? Universidade de São Paulo (USP). Ana Beatriz Teixeira Lumatti. (2008). Disponível: [www.saci.org.br/pub/livro\\_educ\\_incl.html](http://www.saci.org.br/pub/livro_educ_incl.html). (Acesso em 20 de março de 2011).

\_\_\_\_\_ Educação Inclusiva. Portal de Educação. Disponível: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Educa%C3%A7%C3%A3oespecial>. Acesso em 18 de novembro de 2010.

**ELLIS, Andrew W.** Leitura, escrita e dislexia: uma análise cognitiva. 2 ed. Tradução de Dayse Batista. Porto Alegre: Artes Médica. 1995.

**FERREIRO**, Emília. Alfabetização em processo. São Paulo: Editora Cortez, 1989.

**FREIRE**, Paulo. Pedagogia da Autonomia. 11ª Ed. São Paulo: Papirus, 1996.

**GARCÍA**, J. N. Manual de Dificuldades de Aprendizagem. Porto Alegre, ArtMed, 1998.

**GAUDERER**, E. Christian. Autismo e outros atrasos do desenvolvimento: guia prático para pais e profissionais. Rio de Janeiro: Revinter; 1997. pg 3.

\_\_\_\_\_Histórico de Deficiência. Lucas Dantas.

Disponível: lucasrdantas@gmail.com (Acesso em 10 setembro de 2010).

\_\_\_\_\_Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade.

Disponível: <http://tdah.net.br/>(Acesso em 10 de novembro de 2010).

\_\_\_\_\_Inclusão Social. Portal de Educação.

Disponível: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Inclus%C3%A3o\\_social](http://pt.wikipedia.org/wiki/Inclus%C3%A3o_social). Acesso em 12 de setembro de 2010.

\_\_\_\_\_ Introdução à Psicologia da Educação: seis abordagens/ Kester Carrara (organizador). São Paulo. Avercamp, 2004.

**KANNER**, L. Psiquiatria infantil. Buenos Aires, Argentina: Ed. Piadós, 1966.

**LAPIERRE**, André. A simbologia do movimento: psicomotricidade e educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

**LIBÂNEO**, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1994. 264p.

**MAGALHÃES**, Rita de Cássia Barbosa Paiva e. CARDOSO, Ana Paula Lima Barbosa: Formação Docente e Psicomotricidade em Tempos de Escola Inclusiva: Uma leitura com base em Henri Wallon – UECE.

Disponível: ritafora@hotmail.com. cardoso.paula@uol.com.br.GT-15: Educação Especial. Acesso 19 de março de 2011.

lo V – da Educação Especial.

**MANTOAN**, Maria Teresa Egler. Inclusão escolar de deficientes mentais: que formação para professores? In: MANTOAN, Maria Teresa Egler. (org.) *A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema*. São Paulo: Memnon; SENAC, 1997.

**MANTOAN**, Maria Teresa Eglér, Rosângela Gaviolo Prieto, Valéria Amorim Arantes, organizadora: *Inclusão escolar: pontos e contrapontos*. São Paulo. Summus, 2006.

**MANTOAM**, M. T. E. (org.) *A integração de pessoas com deficiências – contribuições para uma reflexão sobre o tema*. SÃO Paulo: Memnon, 1997.

**MAZZOTA**, Marcos José da Silveira. *Educação Especial no Brasil: Histórias e Políticas Públicas*, 1996.

\_\_\_\_ MEC, Ministério da Educação. Referencial Curricular para a Educação Especial. Brasília, 1998.

**MENEZES**, Ana Carla. *A educação precoce como base para a integração*. Monografia de especialização, UnB, 1995. (Curso de Deficiências Múltiplas, Valparaíso - Go, 2002).

**OLIVEIRA**, G. C. *Psicomotricidade: educação e reeducação num enfoque psicopedagógico*. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

\_\_\_\_ Parâmetros Curriculares Nacionais Adaptações curriculares/Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEF/SEESP,1998.

**PEREIRA**. Márcia Cristina Lima. *Toque da Ausência. Autismo: uma vivência de relação*, Brasília 2001. Ed. Totem Gráfica Editora Ltda.

**RABELO**, Annete Scotti. Adaptação Curricular na Inclusão. Revista Integração. Secretaria de Educação Especial do MEC-ano 9, n1 21, 1999.

**REGO**, Teresa Cristina. *Vigotsky - Aprendizado e desenvolvimento, um processo histórico*. São Paulo, Scipione, 1995.

ROMERO. Juan F. Atrasos maturativos e dificuldades de aprendizagem. Desenvolvimento psicológico e educação/ organizado por César Coll, Álvaro Machesi e Jesús Palácios. Trad. Fátima Murad. 2ª ed. Porto Alegre. Artmed, 2004.

\_\_\_\_\_ Saberes e prática da inclusão: recomendações para a construção de escolas inclusivas/ coordenação geral SEESP/MEC. Brasília. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

**SALAMANCA**, Declaração de Linhas de Ações sobre necessidades Educativas Especiais, Brasília, 1994.

**SASSAKI**, Romeu Kazumi. Inclusão. Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1991

**SASSAKI**, Romeu Kazumi. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. In Vivarta, Veet (coord.). *Mídia e deficiência*. Brasília: Andi/Fundação Banco do Brasil, 2003, p. 160-165.

**SCHWARTZMAN**, José Salomão. Autismo Infantil. Brasília. CORDE, 1994.p. 56.

\_\_\_\_\_ Secretaria de Educação Fundamental, Parâmetros curriculares nacionais: MEC, 1997. Livro 1.

**TUNES**, Elizabeth; TACCA, Maria Carmem Villela Rosa e BARTHOLO, Roberto dos Santos. O professor e o ato de ensinar.

**VYGOTSKY, L. S.** A formação Social da Mente. O desenvolvimento dos processos psicológicos Superiores. Org. Michael Cole, Vera John-Steiner, Sylvia Scribner, Ellen Souberman, Trad. José Cipolia Neto, Luís Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche. Martins Fontes, São Paulo, 2010.

**VYGOTSKY, L. S.** A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

**VYGOTSKY, L. S.** Uma Perspectiva Histórico-Cultural da Educação, Teresa Cristina Rego, Vozes, 1999.

**WALLON, Henri.** Uma concepção dialética do desenvolvimento infantil. Petrópolis. Ed. Vozes, 1995.

**WALLON, H.** A evolução psicológica da criança. Rio de Janeiro: Editorial E. Andes, 1971.



## APÊNDICE 1



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED

Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar



**CARGO OU FUNÇÃO:** \_\_\_\_\_

**FORMAÇÃO ACADÊMICA:** \_\_\_\_\_

**IDADE:** \_\_\_\_\_ **FAIXA ETÁRIA DOS ALUNOS** \_\_\_\_\_

**Nº DE ALUNOS** \_\_\_\_\_

Caro colega,

Sou aluna do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar da Universidade Nacional de Brasília (UnB), e solicito sua participação em minha pesquisa de campo intitulada Inclusão de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais numa Escola de Santa Maria – DF. Esclareço que a participação no estudo é voluntária e anônima. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo a você.

### ROTEIRO DA ENTREVISTA

1 - Como você entende inclusão hoje? Concorde com a idéia de que a escola deve ser um espaço inclusivo? Por quê?

2 - O que a sua escola tem feito para garantir o acesso e a permanência do aluno portador de deficiência? Como esse trabalho poderia ser melhorado, em sua

opinião? Que sugestões você daria a direção da escola para melhorar a adaptação e inclusão do aluno portador de deficiência?

3 – Em sua opinião qual o perfil profissional que um professor deve ter para trabalhar com turmas inclusivas?

4 - O que você acha das adaptações curriculares realizadas com o objetivo de atender às necessidades educacionais dos alunos com deficiências? Acha que essas adaptações beneficiam todos os alunos? Por favor, justifique e dê exemplos.

5 - A sua formação profissional atende ao modelo de educação inclusiva proposto? Que cursos da área você possui? Foram suficientes? Como poderiam ser melhorados

6- No início do ano letivo, os professores se reúnem em Coordenação Pedagógica, para reverem a Proposta Pedagógica, e decidir sobre a distribuição de turmas entre professores. O que levou você a escolher uma turma de integração inversa? Como foi esse processo? Como tem sido trabalhar com esta turma?

7- Você tem alunos com deficiência(s) e/ou altas habilidades que dispensam quaisquer medidas de adaptação curricular? Como trabalha com esses alunos no geral?

8-- Com quais dificuldades você se depara em seu cotidiano escolar com turma de integração inversa? Pode apontar soluções?

9 - Que procedimentos pedagógicos você tem adotado para mediar a construção do conhecimento pelos alunos ANEEs?

## APÊNDICE 2



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED

Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar



**CARGO OU FUNÇÃO** \_\_\_\_\_

**FORMAÇÃO ACADÊMICA** \_\_\_\_\_

**IDADE** \_\_\_\_\_

Caro colega,

Sou aluna do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar da Universidade Nacional de Brasília (UnB), e solicito sua participação em minha pesquisa de campo intitulada Inclusão de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais numa Escola de Santa Maria – DF. Esclareço que a participação no estudo é voluntária e anônima. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo a você.

### **ROTEIRO DA ENTREVISTA PARA DIRETOR/COORDENADOR/PROFISSIONAIS DA SALA DE RECURSOS E APOIO À APRENDIZAGEM**

1 - Como você entende inclusão hoje? Concorde com a idéia de que a escola deve ser um espaço inclusivo? Por quê?

2 - O que a sua escola tem feito para garantir o acesso e a permanência do aluno portador de deficiência? Como esse trabalho poderia ser melhorado, em sua opinião? Que sugestões você daria a direção da escola para melhorar a adaptação e inclusão do aluno portador de deficiência?

3 - Em sua opinião, qual o perfil profissional que um professor deve ter para trabalhar com turmas inclusivas?

4 – O que você acha das adaptações curriculares realizadas com o objetivo de atender às necessidades educacionais dos alunos com deficiências? Acha que essas adaptações beneficiam todos os alunos? Por favor, justifique e dê exemplos.

5 - A sua formação profissional atende ao modelo de educação inclusiva proposto? Que cursos da área você possui? Foram suficientes? Como poderiam ser melhorados.

## Anexo 1



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PG-PDS

Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar



A(o) Diretor(a)

Escola: CAIC Albert Sabin

De: Profa. Dra. Diva Albuquerque Maciel

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Assunto: **Coleta de Dados para Monografia**

Senhor (a), Diretor (a),

A Universidade Aberta do Brasil - Universidade de Brasília está em processo de realização da 1ª oferta do curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, do qual seis dentre as 20 turmas ofertadas são de professores e educadores da rede pública do DF (pólos UAB-UnB de Santa Maria e Ceilândia). Finalizamos agora a 1ª fase do curso e estamos iniciando a Orientação de Monografia.

É requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem envolver: entrevista com colegas, pais ou outros participantes; observação; e análise documental.

A realização desses trabalhos tem como objetivo a formação continuada dos professores/servidores da rede pública, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como consequência uma educação inclusiva.

Informo que foi autorizado pela Secretaria de Educação por meio do ofício nº. .... DEM datado de 28/10/2010, a realização das coletas de dados para as pesquisas na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

Informações a respeito dessa autorização podem ser verificadas junto a Secretaria de Educação por meio dos telefones nº. ....

O trabalho será realizado pelo Professor/cursista Irani de Amorim Leite sob orientação, Raquel Gomes Pinto cujo tema é: Inclusão de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais numa Escola Pública de Santa Maria - DF, possa ser desenvolvido na escola sob sua direção.

Desde já agradeço, colocando-me a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos nos telefones. (061) ou por meio dos e-mails: Irani-amorim@hotmail.com.

Atenciosamente,

**Diva Albuquerque Maciel**

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

**Anexo 2**

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED

Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

---



Brasília, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2010.

**TERMO DE CIÊNCIA DA INSTITUIÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, diretor (a) da  
Escola \_\_\_\_\_, CONSINTO a realização  
do projeto de pesquisa de \_\_\_\_\_  
nesta instituição escolar, sem restrição quanto à divulgação pública dos resultados,  
desde que seja mantido o anonimato da escola e dos participantes.

\_\_\_\_\_  
Diretor (a)

## Anexo 3



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED

Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar



---

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Senhores Professores,

Sou orientando do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil- Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre Inclusão de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais numa Escola Pública de Santa Maria - DF. Este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

Constam da pesquisa: Observações das crianças em sala de aula, recreio, aplicação de atividades curriculares similares as das crianças do ensino regular, adequadas às suas necessidades especiais, e ainda, entrevistas (gravadas em áudio) com os professores no intuito de identificar dificuldades encontradas pelos mesmos no cotidiano escolar, onde estão inseridos os alunos com dificuldades educacionais especiais e, compreender as estratégias utilizadas por estes professores que possibilitem a inserção educacional e social dessas crianças. Para isso, solicito sua autorização para participação no estudo.

Esclareço que a participação no estudo é voluntária. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretarão qualquer prejuízo a você. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o (a) senhor (a) poderá me contatar pelo telefone (61) 9294-4932 ou no endereço eletrônico [irani-amorim@hotmail.com](mailto:irani-amorim@hotmail.com). Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.



Respeitosamente,

-----

Orientanda do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e  
Inclusão Escolar da UAB – UnB

---

Concorda em participar do estudo? ( ) Sim ( ) Não

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

E-mail (opcional): \_\_\_\_\_

